

# Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Via S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
com Relatório do Auditor Independente

Via S.A.

Demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



## Sumário

Relatório da Administração .....	2
Declaração da Diretoria sobre as demonstrações financeiras .....	10
Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	11
Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras .....	12
Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance .....	13
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	15
Balanço patrimonial ativo .....	21
Balanço patrimonial passivo .....	22
Demonstração do resultado .....	23
Demonstração do resultado abrangente .....	24
Demonstração dos fluxos de caixa .....	25
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	26
Demonstração do valor adicionado .....	27
1. Contexto operacional .....	28
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....	28
3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados .....	30
4. Principais práticas contábeis .....	32
5. Caixa e equivalentes de caixa .....	38
6. Contas a receber .....	38
7. Estoques .....	42
8. Tributos a recuperar .....	43
9. Partes relacionadas .....	45
10. Investimentos .....	47
11. Imobilizado .....	49
12. Intangível .....	53
13. Empréstimos e financiamentos .....	57
14. Gerenciamento de riscos financeiros .....	61
15. Tributos a pagar .....	65
16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos .....	66
17. Provisão para demandas judiciais .....	69
18. Operação de arrendamento mercantil .....	74
19. Receitas diferidas .....	77
20. Patrimônio líquido .....	79
21. Receita de venda de mercadorias e serviços .....	83
22. Despesas por natureza .....	84
23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas .....	85
24. Resultado financeiro, líquido .....	85
25. Resultado por ação .....	85
26. Cobertura de seguros .....	86
27. Informações sobre os segmentos .....	86
28. Eventos subsequentes .....	87

Via S.A.

Relatório da Administração  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



## Relatório da Administração

### Apresentação

A Via S.A., **um ecossistema digitalizado e um marketplace aberto para inovação com uma abordagem centrada no cliente**, no cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta, a seguir, o Relatório da Administração com os resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### Perfil

A Via S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Via”), listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código VIIA3, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo – Brasil. Somos um ecossistema digitalizado e um marketplace aberto para inovação com uma abordagem centrada no cliente.

Recentemente, fizemos a transição de um modelo de varejo transacional para um modelo de plataforma relacional. Nosso foco permanece em aumentar nossa base de clientes, o valor da vida útil do cliente ao longo do tempo (LTV) e a melhoria contínua da experiência do cliente

Oferecemos soluções financeiras e de crédito para nossos clientes através do BanQi e serviços logísticos especializados através da ASAPLog.

A recém lançada marca corporativa, Via (sem varejo no nome), vem acompanhada por um novo posicionamento, em linha com a grande transformação que estamos vivendo. A nova assinatura reforça a estratégia de ser reconhecida como “a melhor Via de compras de todos os brasileiros, onde, quando e como eles quiserem”.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 28 Centros de Distribuição e entrepostos e realizava suas vendas por meio de 1.091 filiais ativas (927 com a bandeira Casas Bahia e 164 com a bandeira Ponto).

### Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas às perspectivas dos negócios da Companhia, projeções e ao seu potencial de crescimento constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e do mercado como um todo, logo, estando sujeitas a mudanças.

### Mensagem da Administração

**O ano de 2021 representou a consolidação da estratégia transformadora da Via.** Executamos, tudo o que nos propusemos a fazer ao desenhar a retomada da Companhia. Mantivemos nosso foco na consolidação da transformação digital, adquirimos e nos associamos a novas companhias que vão contribuir na aceleração do nosso negócio. Mudamos nossa marca, nosso posicionamento e nosso ticker na B3, ampliando o nível de serviço e mantendo competitivo nosso custo de servir. Fortalecemos nossa posição omnicanal e digitalizamos nossas operações. Assim, a Via chega a 2022 colhendo os frutos das escolhas que fizemos ao assumir a empresa. E chega madura para ver os resultados da decisão de transformar uma Companhia, então focada em varejo, em uma plataforma aberta de soluções para atender as demandas de seus cerca de 28 milhões de clientes ativos e parceiros.

Todos os passos de nossa transformação foram dados com transparência e apresentaram resultados que comprovamos aqui no segundo ano completo da nova gestão. Hoje, mostramos que nosso universo expandido - nossas soluções de crédito e logística como serviço - começa a apresentar números que ratificam nossa estratégia. Como consequência do investimento em tecnologia e do crescimento de nosso ecossistema, entregamos crescimento de 15% do GMV bruto em 2021 para cerca de R\$ 45 bilhões, dos quais 59% vieram das vendas digitais, uma evolução de 10,2 pontos percentuais em relação ao valor de 2020.

**Afirmamos que 2021 seria o ano do marketplace, e assim foi.** O GMV do 3P dobrou vs. 2020, alcançando um patamar de R\$ 6,4 bilhões, valor alcançado com velocidade inédita no setor e respondeu por 24% das vendas digitais (+7,2 p.p. vs. 2020). Construímos um marketplace robusto e chegamos ao fim do ano com mais de 130 mil sellers e um amplo sortimento de 41 milhões de SKUs, no qual os itens de cauda longa representaram 60% dos pedidos realizados no 4T21. Oferecemos aos sellers serviços que incluem desde capacitação (Via Academy) até o aumento da visibilidade das lojas virtuais, utilizando nossas ferramentas de publicidade (Via Ads), entre muitas outras iniciativas que contribuirão para aumento da rentabilidade desta vertical. Desenvolvemos uma plataforma que recebe e dá condições para que esses sellers cresçam e nos ajudem a ampliar nosso relacionamento com clientes em todos os pontos de contato. Buscamos estimular a recorrência de compras dos clientes ativos e também atrair novos clientes com o apoio dos nossos mais de 22 mil vendedores online que, em conjunto, geraram R\$ 7 bilhões em GMV online em 2021, dos quais 19% foram gerados por vendas de produtos do 3P.

**No desenho de cauda longa, refletimos a estratégia da Companhia: o cliente no centro, para que ele resolva todas as suas necessidades em nosso ecossistema.** Em 2021 conquistamos 1,8 milhão de novos clientes. A cada trimestre implementamos diferentes ações de parceria atreladas à compra de produtos e acesso a conteúdos gratuitos de serviços como HBO Max, Buser, Game Pass, entre outros, o que nos permite elevar a fidelização e aumentar o valor do cliente ao longo do tempo (life time value). Adicionalmente, no 4T21 lançamos o VIP Casas Bahia, nosso programa de fidelidade focado em reconhecer os nossos clientes com benefícios progressivos de acordo com o engajamento dos participantes. É o primeiro programa do varejo 100% gratuito que oferece benefícios no site, loja e app de forma omnicanal, através de cupons de descontos, frete rápido, atendimento exclusivo e benefícios em marcas parceiras.

**Logística, um novo capítulo deste pilar essencial.** Em janeiro de 2022, com a aquisição da logtech CNT (mais detalhes à frente), iniciamos o serviço de fulfillment de forma agnóstica e multi-plataforma. Esse é mais um marco atingido no nosso plano de expansão dos serviços logísticos, que reforça nossa direção de operar a logística Via “as a service”, colocando os valiosos ativos da nossa malha logística (os 2.8 milhões de m2 de CDs e lojas, a malha de transportes e a tecnologia embarcada em tudo isso) a serviço de nossos parceiros comerciais, sejam eles fornecedores 1P, sellers ou parceiros do mar aberto. Adicionalmente a CNT nos trouxe uma madura operação de fullcommerce, abrindo mais uma fronteira de mercado endereçável significativo que, se alavancando na malha Via, poderá escalar de maneira rentável e ainda mais veloz o seu crescimento.

Em paralelo seguimos promovendo diariamente eficiência operacional, traduzida em melhores níveis de serviços aos nossos clientes e em uma operação mais eficiente. Isso acontece ancorado em um processo de digitalização e incorporação de tecnologias, tanto em armazenagem como na distribuição de produtos leves e pesados, processo iniciado com a compra da Asaplog em 2020 e gerido por centenas de profissionais de logística e tecnologia.

**Soluções financeiras conectadas com o cliente.** Se 2021 foi o ano em que o marketplace decolou em nosso ecossistema, 2022 verá nossas soluções financeiras se conectando cada vez mais com nosso universo de consumidores, da forma, no momento e onde eles desejarem. Nos relacionamos com a totalidade da população economicamente ativa do Brasil através do crediário online e offline. A isso juntamos, novamente, tecnologia, ferramentas de inteligência artificial e dados que nos permitem encontrar a medida certa para atrair brasileiros a experimentar uma nova jornada financeira, descomplicada e totalmente grátis. O banQi nasceu para incluir o brasileiro, com tecnologia intuitiva e a mais adequada oferta de serviços financeiros. Nossa fintech triplicou o número de contas, alcançando 4,3 milhões ao final de 2021, e passou a oferecer empréstimo pessoal, com um dos menores custos de aquisição entre as fintechs brasileiras. Adicionalmente, tivemos a entrada em nosso ecossistema da subadquirente Celer e o investimento em startups financeiras como GoPublic, PoupaCerto, byebnk e Uffa.

**Avançamos consistentemente em nossa jornada omnicanal.** Como definido em nossa estratégia, seguimos o plano de expansão em 2021 com 101 novos pontos. Muito mais que lojas, são hubs de relacionamento com clientes, originação de crédito e apoio à nossa estrutura logística. Seguiremos expandindo nossa malha omnicanal e adentrando municípios novos, fortalecendo assim a oferta de serviços financeiros e crediário, assim como exponencializando o crescimento das vendas online. A melhor tradução é a megaloja Casas Bahia na Marginal Tietê, em São Paulo, inaugurada em novembro de 2021. Com mais de 8.500 m<sup>2</sup> de salão de vendas, ela é um laboratório de experiências repleto de inovações, com o cliente no centro de todas as ações. Assim como a megaloja, todas os nossos pontos no país estão preparados para operar como conexões logísticas e financeiras, em sinergia com o nosso ecossistema. Em 2022, não será diferente.

No 3T21, comunicamos ao mercado nossas provisões em relação a ações trabalhistas passadas e presentes e informamos nossa estimativa de monetização de créditos tributários, a fim de mitigar os efeitos no caixa e nos resultados da Companhia. De forma transparente, continuamos comprometidos e absolutamente dentro dos planos e da estratégia traçada e apresentada ao mercado para monetização dos créditos tributários, que ao final de 2021 somaram R\$ 9,4 bilhões.

Nosso país sempre foi repleto de desafios e 2022 não deve ser diferente. Mas, somos especialistas em Brasil e em varejo, com mais de seis décadas de conhecimento e experiência. Estamos hoje, melhor preparados no que diz respeito à tecnologia, estratégia comercial e logística, sem falar da mais eficiente operação de crédito, com a melhor força de vendas e com o maior conhecimento do cliente, por mais distantes que estejam no território nacional. Estamos preparados para seguir sendo uma plataforma, cada vez mais aberta, de relacionamento com o brasileiro.

Encerro esta mensagem agradecendo a todos os nossos colaboradores, nossos milhões de clientes, nossos milhares de sellers no marketplace, nossos acionistas, nossos conselheiros, analistas, parceiros de negócios e fornecedores pela confiança depositada. Renovo a importância da nossa parceria para seguirmos juntos nessa jornada, sempre com o cliente no centro de todas as nossas ações e decisões.

## Informações Consolidadas

### Abertura da Receita Bruta

R\$ milhões	4T21	4T20	%	2021	2020	%
Mercadoria	8.711	10.317	(15,6%)	33.052	31.281	5,7%
Serviços de Frete e Montagem	66	127	(48,0%)	298	458	(34,9%)
Serviços	305	341	(10,6%)	1.088	1.020	6,7%
Crediário/Cartões	484	489	(1,0%)	1.937	1.699	14,0%
<b>Receita Bruta</b>	<b>9.566</b>	<b>11.274</b>	<b>(15,1%)</b>	<b>36.375</b>	<b>34.458</b>	<b>5,6%</b>
Frete, serviços, crediário e montagem	855	957	(10,7%)	3.323	3.177	4,6%
<i>% Receita Bruta Total</i>	<i>8,9%</i>	<i>8,5%</i>	<i>0,4 p.p.</i>	<i>9,1%</i>	<i>9,2%</i>	<i>(0,1 p.p.)</i>

No 4T21, a receita bruta de mercadorias apresentou recuo de 15,6%, enquanto no ano de 2021 apresentamos crescimento de +5,7%. Nosso crediário segue sendo uma importante ferramenta de fidelização de nossos clientes e diferencial competitivo da Via, com penetração no 4T21 de 12,3% nas vendas e de 12,6% em 2021 (+1,0 p.p. vs. 2020). O crediário participa entre 25-30% na receita das lojas e 6,0% das vendas online (todavia esta penetração já triplicou em relação ao ano anterior). As vendas realizadas por meio de pagamentos próprios representaram 22% e 21% das vendas totais no 4T21 e no ano de 2021 respectivamente vs. 20% do ano 2020.

Composição Consolidada das Vendas	4T21	4T20	%	2021	2020	%
À vista	29,4%	24,9%	4,5 p.p.	27,3%	24,1%	3,2 p.p.
Carnê	12,3%	14,7%	(2,4 p.p.)	12,6%	11,6%	1,0 p.p.
Cartão de Crédito - Co-branded	9,8%	8,0%	1,8 p.p.	8,4%	8,5%	(0,1 p.p.)
Cartão de Crédito - Outros	48,5%	52,3%	(3,8 p.p.)	51,7%	55,7%	(4,0 p.p.)



## Lucro Bruto

R\$ milhões	4T21	4T20	%	2021	2020	%
Lucro Bruto	2.364	2.892	(18,3%)	9.327	9.466	(1,5%)
% Margem Bruta	29,1%	30,5%	(1,5p.p.)	30,2%	32,8%	(2,6p.p.)
Ajustes Não Recorrentes	8	(124)	na	124	(820)	na
<b>Lucro Bruto Operacional</b>	<b>2.372</b>	<b>2.768</b>	<b>(14,3%)</b>	<b>9.451</b>	<b>8.646</b>	<b>9,3%</b>
% Margem Bruta Operacional	29,2%	29,2%	(0,0p.p.)	30,6%	29,9%	0,7p.p.

No 4T21, a margem bruta operacional ficou estável a/a em 29,2%. No ano de 2021 houve melhora de 0,7 p.p. para 30,6% mesmo considerando o aumento da participação das vendas online cujas margens são menores que as praticadas nas lojas físicas. O ganho de margem bruta pode ser explicado pelo efeito positivo da negociação comercial e da produção do crediário. O ajuste não-recorrente por conta do efeito trabalhista na margem bruta foi de R\$ 8 milhões no 4T21 e R\$ 124 milhões no ano.

## Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

R\$ milhões	4T21	4T20	%	2021	2020	%
Despesas de Vendas, Gerais e Adm.	(1.784)	(2.402)	(25,7%)	(8.198)	(6.783)	20,9%
% Receita Líquida	(22,0%)	(25,4%)	3,4p.p.	(26,5%)	(23,5%)	(3,1p.p.)
Ajustes Não Recorrentes	85	266	na	979	153	na
<b>Despesas de Vendas, Gerais e Adm. Operacionais</b>	<b>(1.699)</b>	<b>(2.136)</b>	<b>(20,5%)</b>	<b>(7.219)</b>	<b>(6.630)</b>	<b>8,9%</b>
% Receita Líquida	(20,9%)	(22,6%)	1,6p.p.	(23,4%)	(22,9%)	(0,4p.p.)

As despesas com vendas, gerais e administrativas operacionais ajustadas pelo efeito da provisão trabalhista apresentaram redução de 20,5% no 4T21, diluição de 1,6 p.p. para 20,9% da ROL. No ano houve aumento de 8,9%, totalizando 23,4% da ROL, 0,4 p.p. maior vs. 2020, reflexo do aumento de participação das vendas digitais no mix total, o que demanda maior investimento em marketing para impulsionar as vendas.

O impacto do ajuste nas provisões trabalhistas relacionado ao legado foi de R\$ 85 milhões no 4T21 e R\$ 979 milhões no ano de 2021.

## Resultado Financeiro

R\$ milhões	4T21	4T20	%	2021	2020	%
<b>Receitas financeiras</b>	<b>22</b>	<b>21</b>	<b>4,8%</b>	<b>75</b>	<b>83</b>	<b>(9,6%)</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(489)</b>	<b>(251)</b>	<b>94,8%</b>	<b>(1.473)</b>	<b>(1.103)</b>	<b>33,5%</b>
Despesas Financeiras Dívidas	(108)	(64)	68,8%	(323)	(195)	65,6%
Despesas Financeiras CDCI	(95)	(57)	66,7%	(306)	(222)	37,8%
Custo Venda Recebível do Cartão	(146)	(12)	na	(288)	(180)	60,0%
Juros de Passivo de arrendamento	(103)	(96)	7,3%	(391)	(388)	0,8%
Outras despesas financeiras	(37)	(22)	68,2%	(165)	(118)	39,8%
<b>Resultado financeiro antes de atualizações</b>	<b>(467)</b>	<b>(230)</b>	<b>103,0%</b>	<b>(1.398)</b>	<b>(1.020)</b>	<b>37,1%</b>
% Receita Líquida	(5,7%)	(2,4%)	(3,3p.p.)	(4,5%)	(3,5%)	(1,0p.p.)
Atualizações Monetárias	29	159	(81,8%)	181	324	(44,1%)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(438)</b>	<b>(71)</b>	<b>516,9%</b>	<b>(1.217)</b>	<b>(696)</b>	<b>74,9%</b>
% Receita Líquida	(5,4%)	(0,7%)	(4,6p.p.)	(3,9%)	(2,4%)	(1,5p.p.)
Ajustes Não Recorrentes	27	(185)	(114,6%)	(4)	(438)	(99,1%)
<b>Resultado financeiro líquido sem ajustes não recorrentes</b>	<b>(411)</b>	<b>(256)</b>	<b>60,5%</b>	<b>(1.221)</b>	<b>(1.134)</b>	<b>7,7%</b>
% Receita Líquida	(5,1%)	(2,7%)	(2,4p.p.)	(4,0%)	(3,9%)	(0,0p.p.)

No 4T21, o resultado financeiro líquido dos ajustes não-recorrentes foi negativo em R\$ 411 milhões, 2,4 p.p. maior como percentual da Receita Líquida (5,1%), reflexo principalmente do aumento da Selic a/a e aumento da antecipação de recebíveis de cartão de crédito. No ano de 2021, o resultado financeiro operacional ficou estável em relação à Receita Líquida (4,0%). O impacto dos ajustes não recorrentes foi de R\$ 27 milhões no período e R\$ (4) milhões no ano.

## Lucro Líquido

R\$ milhões	4T21	4T20	%	2021	2020	%
Lucro Líquido (Prejuízo)	29	336	(91,4%)	(297)	1.004	(129,6%)
Margem Líquida	0,4%	3,5%	(3,2p.p.)	(1,0%)	3,5%	(4,4p.p.)
Ajustes Não Recorrentes	96	134	na	835	(597)	na
<b>Lucro Líquido Operacional (Prejuízo)</b>	<b>125</b>	<b>470</b>	<b>(73,4%)</b>	<b>538</b>	<b>407</b>	<b>32,2%</b>
Incentivo de Subvenção*	-	(287)	-	(203)	(287)	na
Reconciliação Lucro Líquido (Prejuízo) Pós Subvenção e Ajustes	125	183	(31,7%)	335	120	179,2%
Margem Líquida Pós Subvenção	1,5%	1,9%	(0,4p.p.)	1,1%	0,4%	0,7p.p.

O lucro líquido comparável para os ajustes não recorrentes foi de R\$ 125 milhões (margem líquida de 1,5%) no 4T21. No ano, o lucro alcançou R\$ 538 milhões (+32,2%) com margem líquida de 1,7%.

\*No 4T21, houve efeito do incentivo de subvenção recorrente de R\$ 88 milhões. No acumulado do ano, o montante do incentivo de subvenção totalizou R\$ 491 milhões, dos quais R\$ 203 milhões referem-se ao efeito de períodos anteriores a 2021.

## Ciclo financeiro

R\$ milhões	4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	(+/-) 4T21 vs. 3T21
(+/-) Estoques	7.152	7.829	7.303	7.867	6.176	(677)
Dias Estoques <sup>1</sup>	120	127	119	141	115	(7 dias)
(+/-) Fornecedores	9.654	8.672	8.404	9.078	8.284	982
Dias Fornecedores Total <sup>1</sup>	163	141	137	163	155	22 dias
Variação Ciclo Financeiro	2.502	843	1.101	1.212	2.107	1.659

(<sup>1</sup>) Dias de CMV

Encerramos o 4T21 com importante redução no número de dias de estoque (7dias) em relação ao 3T21 e relevante aumento dos dias de fornecedores, resultando em uma variação positiva de R\$ 1,7 bilhão no ciclo financeiro.

Esse movimento está em linha com a estratégia adotada recentemente de normalização do nível dos estoques para um patamar entre 90 e 100 dias em 2022.

## Investimentos

R\$ milhões	4T21	4T20	%	2021	2020	%
Logística	38	16	139%	87	49	79%
Novas Lojas	116	39	195%	223	55	308%
Reforma de lojas	52	18	184%	154	47	227%
Tecnologia	143	99	45%	514	259	99%
Outros	30	9	237%	62	26	145%
<b>Total</b>	<b>379</b>	<b>181</b>	<b>110%</b>	<b>1.040</b>	<b>434</b>	<b>139%</b>

No ano, a Via realizou investimentos recordes que totalizaram R\$ 1,0 bilhão, sendo que cerca de 60% do total foi direcionado para projetos relacionados à tecnologia e logística para suportar o crescimento e digitalização da Companhia. Especificamente em tecnologia, o investimento dobrou vs. 2020. No 4T21 o capex totalizou R\$ 379 milhões e foi o dobro do valor investido em igual trimestre do ano anterior.

## Via S.A.

Relatório da Administração  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



### Movimentação de Lojas por Formato e Bandeira

Foram abertas 63 lojas no trimestre, todas na bandeira Casas Bahia. Ao final de 2021, a Companhia operava um total de 1.091 lojas. Em 2021, totalizamos 101 novas lojas e fechamos 62, totalizando líquido de 39 lojas.

Casas Bahia	4T20	3T21	Abertas	Fechadas	4T21
Rua	671	679	57	-	736
Shopping	186	186	6	1	191
<b>Consolidado (total)</b>	<b>857</b>	<b>865</b>	<b>63</b>	<b>1</b>	<b>927</b>
Área de Vendas (mil m <sup>2</sup> )	<b>820</b>	828	24,3	0,8	<b>852</b>
Área Total (mil m <sup>2</sup> )	<b>1.317</b>	1.323	45,0	1,3	<b>1.367</b>

Ponto	4T20	3T21	Abertas	Fechadas	4T21
Rua	97	89	-	-	89
Shopping	98	75	-	-	75
<b>Consolidado (total)</b>	<b>195</b>	<b>164</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>164</b>
Área de Vendas (mil m <sup>2</sup> )	<b>107</b>	90	-	-	90
Área Total (mil m <sup>2</sup> )	184	147	-	-	147

Consolidado	4T20	3T21	Abertas	Fechadas	4T21
Rua	768	768	57	-	825
Shopping	284	261	6	1	266
<b>Consolidado (total)</b>	<b>1.052</b>	<b>1.029</b>	<b>63</b>	<b>1</b>	<b>1.091</b>
Área de Vendas (mil m <sup>2</sup> )	<b>927</b>	918	21,3	0,8	<b>941</b>
Área Total (mil m <sup>2</sup> )	<b>1.500</b>	1.470	45,0	1,3	<b>1.514</b>

Centros de Distribuição	4T20	3T21	Abertas	Fechadas	4T21
CDs	27	28	-	0	28
Área Total (mil m <sup>2</sup> )	<b>1.062</b>	1.220	-	0	<b>1.287</b>

Consolidado	4T20	3T21	Abertas	Fechadas	4T21
Área Total (mil m <sup>2</sup> )	<b>2.562</b>	<b>2.690</b>	<b>45,0</b>	<b>1,3</b>	<b>2.801</b>

### Exercício Social

O exercício social da Companhia coincide com o ano calendário, e as demonstrações financeiras serão levantadas ao término de cada ano, de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e demais dispositivos legais aplicáveis.

A Companhia levantará balanços intermediários, observando as disposições legais aplicáveis.

Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para os tributos sobre o resultado do exercício.



Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Administração apresentará à Assembleia Geral proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas decrescentemente e nessa ordem:

- a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social;
- b) Montante destinado à formação de reservas para contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores;
- c) Lucros a realizar e reversão dos lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício;
- d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório; e
- e) A parcela remanescente do lucro líquido será destinada: (i) à reserva para investimento e expansão, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) ao reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.

A Companhia poderá declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários, à conta de (i) lucros apurados nos balanços intermediários, previstos no Parágrafo Único do Artigo 31 acima, (ii) lucros acumulados ou (iii) de reservas de lucros.

Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o artigo 33 deste Estatuto Social..

O Conselho de Administração poderá ainda, determinar o pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e limite da legislação aplicável, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório anual.

Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

### **Relacionamento com a Auditoria Externa**

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, revisões trimestrais das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada.

Com objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços não relacionados à auditoria que representaram mais de 5% (cinco por cento) dos honorários de auditoria durante o exercício de 2021.

Via S.A.

Relatório da Administração  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



## Destaques ASG (ESG)

### Valor adicionado

O Valor adicionado no exercício totalizou R\$ 5.554 milhões. Desse montante, R\$4.849 milhões, 87,3% do Valor Adicionado, foram destinados para pagamento de funcionários, encargos e com demandas judiciais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía um quadro com 51.722 colaboradores, 9% superior ao número apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que era de 47.485 colaboradores.

**Amadurecemos nos temas ESG.** Incluímos o ESG nas metas estratégicas de todos os colaboradores da empresa e aprovamos nosso Plano de Ação com indicadores, objetivos e quantificações de resultados ligados diretamente ao negócio até 2025. Mais que isso, 2021 foi o ano em que passamos a compor, pela primeira vez, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, um reconhecimento concreto para as nossas práticas ambientais, sociais e de governança. Foi também o ano em que lançamos em nosso marketplace produtos inclusivos e sustentáveis, vimos o percentual de mulheres em nossa liderança chegar a 34% da Companhia e o ano em que as ações da Fundação Casas Bahia beneficiaram mais de 400 mil pessoas. A sustentabilidade, para nós, está atrelada ao negócio, à nossa estratégia de inovação e ao nosso propósito. Mais que um tema esporádico, é um valor da Via e do qual nunca abriremos mão.

### Governança Corporativa

A Companhia possui uma estrutura de Governança bastante robusta, visando garantir uma gestão eficiente e responsável, observando sempre as melhores práticas do mercado, de acordo com as leis, instruções e demais regras aplicáveis, além dos compromissos assumidos pela Companhia com seus clientes, investidores e toda a sociedade, especialmente no que se refere a transparência. A Governança da Companhia está estruturada da seguinte forma: Assembleia Geral; Conselho de Administração; Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, com objetivo, além de outros, de assegurar que os controles de riscos estão em pleno funcionamento; Comitê de Finanças; e um Comitê de Pessoas, Inovação e Governança, que também conta com membro independente, em que são discutidos temas de pessoas e aprimoramento da governança além, é claro de uma Diretoria Executiva responsável pela implementação e execução da estratégia da Companhia. Além disso, a Companhia conta com Conselho Fiscal, órgão não permanente, mas que tem sido instalado nos últimos anos, sempre muito atuante e que ajuda a garantir ainda mais transparência às práticas adotadas pela Companhia.

**Roberto Fulcherberguer**  
CEO

**Via S.A.**

**Declaração da Diretoria sobre as demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**



## **Declaração da Diretoria sobre as demonstrações financeiras**

Os Diretores da Via S.A. (“Companhia”), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando a sua conclusão nesta data.

São Paulo (SP), 09 de março de 2022.

**Roberto Fulcherberguer**  
Diretor Presidente

**Sérgio Augusto França Leme**  
Vice-Presidente Administrativo

**Abel Ornelas Vieira**  
Vice-Presidente Comercial e de Operações

**Orivaldo Padilha**  
Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

**Helisson Brigido Andrade Lemos**  
Vice-Presidente de Inovação Digital

Via S.A.

Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



## Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Os Diretores da Via S.A. (“Companhia”), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando a sua conclusão nesta data.

São Paulo (SP), 09 de março de 2022.

**Roberto Fulcherberguer**  
Diretor Presidente

**Sérgio Augusto França Leme**  
Vice-Presidente Administrativo

**Abel Ornelas Vieira**  
Vice-Presidente Comercial e de Operações

**Orivaldo Padilha**  
Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

**Helisson Brigido Andrade Lemos**  
Vice-Presidente de Inovação Digital

Via S.A.

Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



## Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras

O Conselho Fiscal da Via S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes – Ernst & Young Auditores Independente S.S., datado de 09 de março de 2022, opinam favoravelmente que os referidos documentos, em todos os aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a ser convocada, nos termos da Lei no 6.404/76.

São Paulo, 9 de março de 2022.

Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior – Presidente

André Coji – Membro

Magali Rogéria de Moura Leite - Membro



## Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração da Via Varejo S.A. (“Companhia”)

### Apresentação

O Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* da Companhia (“Comitê”) é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulamentação aplicável, principalmente pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 308/99, conforme alterada, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno.

O Comitê foi instalado na reunião do Conselho de Administração de 24 de outubro de 2018, quando da migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado, sendo atualmente composto por 3 (três) membros.

Em 07 de julho de 2020, o Conselho de Administração aprovou a atualização do Regimento Interno do Comitê, alterando também sua denominação para inclusão expressa de “Riscos e Compliance”, bem como a nova composição do Comitê, a saber: (i) eleição do Sr. Marcel Cecchi Vieira como Coordenador do Comitê; (ii) eleição dos Srs. Luiz Carlos Nannini e Rogério Paulo Calderón Peres como membros do Comitê; e (iii) destituição do Sr. Fernando Dal-Ri Múrcia do cargo de membro do Comitê. O mandato dos referidos membros vigorará até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia do ano de 2022.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com independência em relação à Diretoria. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

### Atividades desenvolvidas

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias de tal órgão devem ser realizadas, no mínimo, bimestralmente. O Comitê reuniu-se 9 (nove) vezes no período de janeiro de 2021 a março de 2022.

Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais são assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia e também na plataforma utilizada pela área de Governança Corporativa da Companhia.

As principais atividades realizadas pelo Comitê no período de janeiro de 2021 a março de 2022 foram:

- (a) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (DF2020);
- (b) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2021 (1T21);
- (c) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2021 (2T21);
- (d) Acompanhamento do plano de trabalho da Auditoria Externa da Companhia referente ao exercício social de 2021;
- (e) Reestruturação da área de Auditoria Interna da Companhia, com a contratação de um novo profissional responsável pela área, bem como acompanhamento dos trabalhos e plano anual da Auditoria Interna;
- (f) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2021 (3T21);
- (g) Análise acerca da possibilidade de ampliação do rodízio dos auditores em virtude da existência do Comitê de Auditoria Estatutário;
- (h) Análise e acompanhamento acerca das contingências trabalhistas e do plano de ação para as demandas judiciais trabalhistas;

## Via S.A.

### Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



- (i) Análise do Plano de Trabalho da Auditoria Interna para o primeiro Trimestre de 2022;
- (j) Análise e recomendação acerca da atualização da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia e acompanhamento da construção do Mapa de Riscos da Companhia;
- (k) Acompanhamento do processo de contratação e seleção do novo profissional responsável pela área de Gerenciamento de Riscos e Compliance;
- (l) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (“DFs 2021”).

#### Conclusões

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê quanto ao fechamento das Demonstrações Financeiras, em especial decorrente das informações prestadas pela Companhia, seus Auditores Independentes, os membros do Comitê manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos Acionistas em Assembleia Geral.

São Paulo, 09 de março de 2022.

**Marcel Cecchi Vieira**  
Coordenador

**Luiz Carlos Nannini**  
Membro

**Rogério Paulo Calderón Peres**  
Membro

Via S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
**Via S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Via S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Via S.A.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### *Mensuração da provisão para demandas judiciais trabalhistas e cíveis*

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para demandas trabalhistas e cíveis totalizou R\$ 2.494 milhões na controladora e R\$ 2.533 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 17.c às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia e suas controladas são parte em número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas e cíveis.

A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos.

Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante os exercícios apresentados; (ii) análise da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia; (iii) obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos de ações judiciais e processos administrativos; (iv) envolvimento de nossos especialistas na análise das probabilidades de perda e do modelo de cálculo adotado pela Companhia para constituição da provisão; e (v) avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas às demonstrações financeiras, em relação ao assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

*Realização de créditos a recuperar de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS*

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de créditos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS totalizou R\$ 3.616 milhões na controladora e R\$ 3.625 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa nº 8.b às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. A análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS foi significativa para a nossa auditoria por considerarmos o seguinte: (i) os montantes desses créditos são relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e (ii) a elaboração dessa análise envolve julgamento por parte da administração da Companhia na determinação das projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo a consideração sobre regimes tributários especiais. Tais projeções podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo implementado pela administração para a elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados utilizados para a elaboração das projeções; (ii) a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo os referidos cálculos; e (iii) envolvimento de nossos especialistas em tributos indiretos na avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas na análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas relacionados à recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Via S.A.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**



### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Via S.A.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

**Via S.A.**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2022

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

Julio Braga Pinto  
Contador CRC-1SP209957/O-2

## Via S.A.

### Balanco patrimonial Em 31 de dezembro de 2021 Em milhões de reais



	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Ativos</b>					
<b>Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.596	2.925	1.781	2.984
Contas a receber	6	6.855	7.901	6.900	7.907
Estoques	7 e 14 (g)	7.099	6.149	7.152	6.176
Tributos a recuperar	8	1.782	1.366	1.809	1.394
Partes relacionadas	9	420	254	271	209
Despesas antecipadas		180	276	191	281
Outros ativos	6 (d)	310	259	360	297
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>18.242</b>	19.130	<b>18.464</b>	19.248
<b>Não circulantes</b>					
Contas a receber	6	665	888	665	888
Tributos a recuperar	8	4.408	4.052	4.495	4.052
Tributos diferidos	16 (c)	2.709	1.535	2.841	1.607
Partes relacionadas	9	141	57	188	97
Depósitos judiciais	17 (e)	803	654	823	676
Instrumentos financeiros	14 (b)	-	-	10	-
Outros ativos	6 (d)	466	136	467	137
Investimentos	10	1.466	1.173	225	206
Imobilizado	11	1.620	1.335	1.712	1.413
Intangível	12	1.055	661	2.143	1.653
Ativo de direito de uso	18	3.273	3.039	3.307	3.079
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>16.606</b>	13.530	<b>16.876</b>	13.808
<b>Total dos ativos</b>		<b>34.848</b>	32.660	<b>35.340</b>	33.056

## Via S.A.

### Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2021 Em milhões de reais



Passivos	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Circulantes</b>					
Fornecedores		7.608	7.704	7.750	7.799
Fornecedores convênio	14 (b)	1.904	484	1.904	484
Empréstimos e financiamentos	13	5.267	6.687	5.283	6.687
Tributos a pagar	15	225	273	231	276
Obrigações sociais e trabalhistas		558	582	591	612
Receitas diferidas	19	365	357	374	385
Partes relacionadas	9	76	51	27	26
Repasse a terceiros	19	498	637	576	653
Passivo de arrendamento	18	824	659	829	665
Outros passivos		1.082	864	1.112	910
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>18.407</b>	18.298	<b>18.677</b>	18.497
<b>Não circulantes</b>					
Empréstimos e financiamentos	13	4.139	2.409	4.139	2.409
Receitas diferidas	19	793	1.036	853	1.108
Provisão para demandas judiciais	17	2.509	1.625	2.593	1.691
Tributos a pagar	15	21	22	21	23
Tributos diferidos	16 (c)	-	-	6	6
Passivo de arrendamento	18	3.328	3.249	3.373	3.298
Outros passivos		14	42	41	45
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>10.804</b>	8.383	<b>11.026</b>	8.580
<b>Total dos passivos</b>		<b>29.211</b>	26.681	<b>29.703</b>	27.077
<b>Patrimônio líquido</b>					
	20				
Capital social		5.044	5.039	5.044	5.039
Transações de capital		(1.232)	(1.232)	(1.232)	(1.232)
Reservas de capital		2.299	2.656	2.299	2.656
Ações em tesouraria		(10)	(1)	(10)	(1)
Reserva de lucros		-	1.004	-	1.004
Prejuízos acumulados		(297)	(1.420)	(297)	(1.420)
Outros resultados abrangentes		(167)	(67)	(167)	(67)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>5.637</b>	5.979	<b>5.637</b>	5.979
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>34.848</b>	32.660	<b>35.340</b>	33.056

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



## Via S.A.

### Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita de venda de mercadorias e serviços	21	<b>30.896</b>	28.893	<b>30.899</b>	28.901
Custo de mercadorias e serviços vendidos	22	<b>(21.513)</b>	(19.403)	<b>(21.572)</b>	(19.435)
Lucro bruto		<b>9.383</b>	9.490	<b>9.327</b>	9.466
Despesas com vendas	22	<b>(7.079)</b>	(5.893)	<b>(7.121)</b>	(5.892)
Despesas gerais e administrativas	22	<b>(1.013)</b>	(812)	<b>(1.077)</b>	(891)
Depreciações e amortizações	11, 12 e 18	<b>(782)</b>	(721)	<b>(799)</b>	(731)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	<b>(682)</b>	(390)	<b>(718)</b>	(386)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		<b>(173)</b>	1.674	<b>(388)</b>	1.566
Resultado financeiro, líquido	24	<b>(1.230)</b>	(691)	<b>(1.217)</b>	(696)
Resultado de equivalência patrimonial	10	<b>(98)</b>	(25)	<b>45</b>	53
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>(1.501)</b>	958	<b>(1.560)</b>	923
Imposto de renda e contribuição social	16	<b>1.204</b>	46	<b>1.263</b>	81
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia		<b>(297)</b>	1.004	<b>(297)</b>	1.004
Lucro (prejuízo) do exercício por ação (Reais por ação)	25				
Básico					
Ordinárias		<b>(0,18593)</b>	0,68707		
Diluído					
Ordinárias		<b>(0,18593)</b>	0,66838		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

## Via S.A.

### Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais



	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(297)	1.004	(297)	1.004
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Valor justo de instrumentos financeiros	(153)	(24)	(153)	(24)
Tributos sobre valor justo de instrumentos financeiros	52	8	52	8
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas	1	(3)	-	-
Ajustes de conversão do exercício	-	-	1	(3)
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(397)	985	(397)	985

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Via S.A.

**Demonstração dos fluxos de caixa  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhões de reais



	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(297)	1.004	(297)	1.004
Ajustes em					
Depreciação e amortização	11, 12 e 18	963	884	993	912
Equivalência patrimonial	10	98	25	(45)	(53)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(1.121)	(81)	(1.181)	(114)
Juros e variações monetárias, não realizados		846	428	853	431
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, líquidas de reversões		2.185	705	2.224	732
Provisões para demandas judiciais outras, líquidas de reversões		130	76	131	76
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	6 (c)	825	799	830	800
Perda com alienação de ativo imobilizado e intangível	23	7	(58)	38	(59)
Perda estimada do valor recuperável líquido dos estoques	7	16	(13)	15	(12)
Receita diferida reconhecida no resultado		(219)	(249)	(267)	(269)
Remuneração baseada em ações		49	53	49	53
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento	18	2	(129)	1	(125)
Descontos obtidos - arrendamento mercantil		-	(91)	-	(91)
Outros		20	(2)	19	(2)
Lucro líquido do exercício ajustado		<u>3.504</u>	<u>3.351</u>	<u>3.363</u>	<u>3.283</u>
Variações no capital circulante					
Contas a receber		272	(4.134)	246	(4.139)
Estoques		(966)	(1.586)	(987)	(1.599)
Tributos a recuperar		(605)	(1.272)	(691)	(1.426)
Partes relacionadas		(83)	(188)	(3)	(181)
Depósitos judiciais		(112)	(15)	(110)	(17)
Despesas antecipadas		96	(223)	90	(226)
Outros ativos		(381)	(110)	(393)	(114)
Fornecedores		1.198	237	1.228	283
Tributos a pagar		(49)	109	(47)	256
Obrigações sociais e trabalhistas		(13)	193	(12)	191
Repasse a terceiros		(139)	122	(93)	136
Receita diferida		(18)	6	(18)	7
Demandas judiciais - Trabalhistas	17	(1.474)	(782)	(1.505)	(809)
Demandas judiciais - Outras	17	(133)	(127)	(133)	(127)
Outros passivos		190	247	157	251
Dividendos recebidos de investidas	10	1	5	26	10
Varição nos ativos e passivos operacionais		<u>(2.216)</u>	<u>(7.518)</u>	<u>(2.245)</u>	<u>(7.504)</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>1.288</u>	<u>(4.167)</u>	<u>1.118</u>	<u>(4.221)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(876)	(347)	(912)	(362)
Alienação de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	3	-	3	6
Instrumentos financeiros		-	-	(10)	-
Aquisição de participação societária	10	-	-	-	(18)
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido		-	-	(39)	(70)
Aumento de capital em subsidiária	10	(272)	(176)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em subsidiária	10	(119)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.264)</u>	<u>(523)</u>	<u>(958)</u>	<u>(444)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações	13	9.199	10.247	9.199	10.247
Pagamento de principal	13	(9.028)	(6.998)	(9.028)	(6.998)
Pagamento de juros	13	(491)	(466)	(491)	(466)
Pagamentos de principal - arrendamento mercantil	18	(643)	(420)	(647)	(424)
Pagamentos de juros - arrendamento mercantil	18	(385)	(383)	(391)	(389)
Recursos provenientes da emissão de ações		-	4.455	-	4.455
Pagamento de gastos com emissão de ações		-	(142)	-	(142)
Aquisição de ações em tesouraria, líquida de alienação	20 (d)	(10)	-	(10)	-
Aumento de capital	20 (a)	5	2	5	2
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(1.353)</u>	<u>6.295</u>	<u>(1.363)</u>	<u>6.285</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.329)</u>	<u>1.605</u>	<u>(1.203)</u>	<u>1.620</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	2.925	1.320	2.984	1.364
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	<u>1.596</u>	<u>2.925</u>	<u>1.781</u>	<u>2.984</u>
		<u>(1.329)</u>	<u>1.605</u>	<u>(1.203)</u>	<u>1.620</u>
Informações complementares de itens que não afetaram caixa					
Aquisição de imobilizado e intangível por meio de financiamento	11 e 12	263	38	266	38

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

## Via S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais



Notas	Atribuível aos acionistas da Companhia										Total
	Capital social	Transações de capital	Reservas de capital				Ações em tesouraria	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	
			Especial de ágio	Ágio na subscrição de ações	Incentivos fiscais	Opções outorgadas		Subvenção para investimento	Prejuízos acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.903	(1.232)	279	-	8	89	(1)	-	(1.420)	(48)	578
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.004	-	1.004
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	(24)
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Aumento de capital	20 (a) 2.230	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.230
Gastos com Emissão de Ações	20 (a) (94)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(94)
Subvenção para investimento	-	-	-	-	-	-	-	1.004	(1.004)	-	-
Opções outorgadas reconhecidas	20 (d) -	-	-	-	-	53	-	-	-	-	53
Ágio na subscrição de ações	20 (d) -	-	-	2.227	-	-	-	-	-	-	2.227
Ajustes de conversão do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.039</b>	<b>(1.232)</b>	<b>279</b>	<b>2.227</b>	<b>8</b>	<b>142</b>	<b>(1)</b>	<b>1.004</b>	<b>(1.420)</b>	<b>(67)</b>	<b>5.979</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(297)	-	(297)
Aumento de Capital	20 (a) 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(153)	(153)
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52	52
Ajustes de conversão do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Opções outorgadas reconhecidas	20 (d) -	-	-	-	-	60	-	-	-	-	60
Ações em tesouraria	20 (b) -	-	-	-	-	-	(10)	-	-	-	(10)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	(416)	-	-	-	(1.004)	1.420	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.044</b>	<b>(1.232)</b>	<b>279</b>	<b>1.811</b>	<b>8</b>	<b>202</b>	<b>(11)</b>	<b>-</b>	<b>(297)</b>	<b>(167)</b>	<b>5.637</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

## Via S.A.

### Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais



	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receitas		<b>35.501</b>	33.631	<b>35.558</b>	33.665
Venda de mercadorias e serviços	21	<b>36.322</b>	34.430	<b>36.375</b>	34.458
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	6	<b>(825)</b>	(799)	<b>(830)</b>	(800)
Outras receitas		<b>4</b>	-	<b>13</b>	7
Insumos adquiridos de terceiros		<b>(29.324)</b>	(25.993)	<b>(29.359)</b>	(25.958)
Custo de mercadorias e serviços vendidos		<b>(24.529)</b>	(21.799)	<b>(24.350)</b>	(21.654)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<b>(4.851)</b>	(4.474)	<b>(5.041)</b>	(4.580)
Recuperação (perda) de valores ativos		<b>2</b>	184	<b>(23)</b>	180
Outros		<b>54</b>	96	<b>55</b>	96
Valor adicionado bruto		<b>6.177</b>	7.638	<b>6.199</b>	7.707
Depreciações e amortizações	11, 12 e 18	<b>(963)</b>	(884)	<b>(993)</b>	(912)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<b>5.214</b>	6.754	<b>5.206</b>	6.795
Valor adicionado recebido em transferência		<b>175</b>	394	<b>348</b>	475
Resultado de equivalência patrimonial	10	<b>(98)</b>	(25)	<b>45</b>	53
Receitas financeiras	24	<b>273</b>	419	<b>303</b>	422
Valor adicionado total a distribuir		<b>5.389</b>	7.148	<b>5.554</b>	7.270
Distribuição do valor adicionado		<b>5.389</b>	7.148	<b>5.554</b>	7.270
Pessoal		<b>4.731</b>	3.121	<b>4.849</b>	3.219
Remuneração direta		<b>2.053</b>	2.006	<b>2.098</b>	2.063
Benefícios		<b>255</b>	236	<b>272</b>	246
FGTS		<b>179</b>	156	<b>198</b>	160
Demandas judiciais trabalhistas		<b>2.211</b>	698	<b>2.223</b>	706
Outras despesas com pessoal		<b>33</b>	25	<b>58</b>	44
Impostos, taxas e contribuições		<b>(627)</b>	1.890	<b>(596)</b>	1.907
Federais		<b>(1.173)</b>	635	<b>(1.170)</b>	648
Estaduais		<b>467</b>	1.187	<b>493</b>	1.190
Municipais		<b>79</b>	68	<b>81</b>	69
Remuneração de capital de terceiros		<b>1.582</b>	1.133	<b>1.598</b>	1.140
Juros	24	<b>1.503</b>	1.110	<b>1.520</b>	1.118
Aluguéis		<b>56</b>	2	<b>55</b>	-
Outros		<b>23</b>	21	<b>23</b>	22
Remuneração de capitais próprios		<b>(297)</b>	1.004	<b>(297)</b>	1.004
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<b>(297)</b>	1.004	<b>(297)</b>	1.004
Valor adicionado total distribuído		<b>5.389</b>	7.148	<b>5.554</b>	7.270

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Via S.A.

**Notas explicativas às Demonstrações financeiras  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



## 1. Contexto operacional

A Via S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Via”), listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código VIIA3, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo – Brasil. Somos um ecossistema digitalizado e um *marketplace* aberto para inovação com uma abordagem centrada no cliente.

Recentemente, fizemos a transição de um modelo de varejo transacional para um modelo de plataforma relacional. Nosso foco permanece em aumentar nossa base de clientes, o valor da vida útil do cliente ao longo do tempo (LTV) e a melhoria contínua da experiência do cliente

Oferecemos soluções financeiras e de crédito para nossos clientes através do BanQi e serviços logísticos especializados através da ASAPLog.

A recém lançada marca corporativa, Via (sem varejo no nome), vem acompanhada por um novo posicionamento, em linha com a grande transformação que estamos vivendo. A nova assinatura reforça a estratégia de ser reconhecida como “a melhor Via de compras de todos os brasileiros, onde, quando e como eles quiserem”.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 28 Centros de Distribuição e entrepostos e realizava suas vendas por meio de 1.091 filiais ativas (927 com a bandeira Casas Bahia e 164 com a bandeira Ponto).

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### 2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros e remuneração baseada em ações mensurados pelos seus valores justos.

### 2.3. Declaração de conformidade

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de março de 2022.



## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



## 2.4. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões.

## 2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração da Companhia utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, portanto, estimativas e premissas referentes principalmente a perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros. O resultado efetivo das transações e informações podem divergir dessas estimativas.

## 2.6. Impactos da COVID-19

A Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do corona-vírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global. Em 10 de março de 2020, a CVM emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 02/2020 e, em 29 de janeiro de 2021, emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 01/2021, orientando as Companhias Abertas a avaliarem de maneira cuidadosa os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas Demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos desta análise, observando as normas contábeis aplicáveis. A referida pandemia resultou em impactos relevantes na sociedade e na economia brasileira de uma forma geral, impactando duramente diversos setores da economia, incluindo o segmento varejista.

A Via adotou uma série de protocolos e medidas a fim de cumprir com os requisitos sanitários determinados, incluindo restrição do horário de funcionamento e/ou necessidade de fechamento de nossas lojas. Todavia, em função do grande avanço demonstrado em nossa estratégia digital, conseguimos amenizar os efeitos adversos da pandemia em nosso resultado, de modo que não enxergamos riscos de continuidade e tampouco necessidade de ajustes de estimativas contábeis.

Desde o início da pandemia, a Companhia tem adotado diversas medidas para preservar a saúde de seus colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e demais parceiros de negócios. Estimamos que o avanço do plano nacional de imunização permita a normalização da operação de lojas e o relaxamento das restrições de horário de funcionamento de modo que as pessoas voltem a circular permitindo uma gradual retomada do nível de atividade.

## 2.7. Aquisições

(a) Celer Processamento Comércio e Serviço Ltda. ("Celer")

Em 02 de julho de 2021, a Companhia anunciou que concluiu a aquisição de 100% (cem por cento) das quotas representativas da Celer, através de sua controlada Cnova. A Celer é uma *fintech* que nasceu como uma plataforma proprietária de soluções de pagamentos e oferece um pacote completo de *Banking as a Service* (BaaS), permitindo que outras *fintechs* disponibilizem a seus clientes uma conta digital completa integrada a serviços de pagamentos, compreendendo alternativas de cash-in e cash-out, emissão e processamento de cartões, gestão de cobrança e transferências, incluindo ao tradicional portfólio o PIX.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em cumprimento ao CPC 15 – Combinação de Negócios, a Companhia está em fase de avaliação do valor justo dos ativos líquidos, adquiridos em 02 de julho de 2021. A melhor estimativa do valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição da Celer é apresentado a seguir:

Balanco patrimonial	Valor justo na aquisição 02.07.2021
Ativos circulantes	27
Ativos não circulantes	11
	<u>38</u>
Passivos circulantes	50
Passivos não circulantes	-
Patrimônio líquido	(12)
	<u>38</u>

O ágio gerado na aquisição representa o montante de R\$97, que compreende a relação entre o valor da consideração transferida pela Companhia, no montante de R\$85, e o valor justo do patrimônio da empresa adquirida. Este ágio é atribuído, principalmente, às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. O valor do desembolso de caixa para aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido, é de R\$39, que corresponde ao montante de R\$45, pago em 2021 deduzido do caixa adquirido de R\$6.

#### (b) Via Next

Em 08 de setembro de 2021, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral o início do programa “Via Next” onde realizou três investimentos minoritários, através de sua controlada Cnova, nas *startups*: Gopublic Serviços Financeiros Ltda. (“GoPublic”), Mibolsillo Financial Technologies Inc. (“Poupa Certo”) e Byebnk Facilitadora de Pagamentos Internacionais Ltda. (“byebnk”).

Em 08 de outubro de 2021, a Companhia realizou mais um investimento minoritário, através de sua controlada Cnova, na *startup*: Uffa Portal e Serviços de Informação Ltda. (“UFFA”).

O Via Next é o programa de conexão com *startups* da Via, desenvolvido em parceria com a Distrito, que tem como um dos objetivos acelerar a transformação digital da Companhia e promover soluções inovadoras para melhorar a experiência do cliente, em toda a sua jornada de compra e relacionamento.

## 3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2021 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após. A Companhia está avaliando os impactos da adoção destas normas em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



- Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual. Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IFRS 16 – Arrendamentos. Define o tratamento de mudanças em contratos de arrendamento mercantil que tenham relação direta com a pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/04/2021. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

## 4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, são descritas a seguir.

### a) Consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas informações contábeis das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

#### Participação societária nas controladas

Controladas	31.12.2021		31.12.2020	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
VVLog Logística Ltda. ("VVLog")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administradora de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova")	100,00%	-	100,00%	-
ASAPLog Ltda. ("ASAPLog")	-	100,00%	-	100,00%
Carrier EQ, LLC ("Airfox")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi")	-	100,00%	-	100,00%
I9XP Tecnologia e Participações S.A. ("I9XP")	-	100,00%	-	100,00%
E-Hub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("E-Hub")	-	100,00%	-	-
BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. ("BNQI")	-	100,00%	-	-
Celer Processamento Comércio e Serviço Ltda. ("Celer")	-	100,00%	-	-

#### Descrição das principais controladas

##### **Indústria de Móveis Bartira Ltda.**

A Indústria de Móveis Bartira Ltda. é uma sociedade limitada, e foi fundada em 11 de maio de 1962. Tem por objetivo a fabricação e comercialização de móveis em geral, com predominância em madeira. O controlador final é a Via S.A.

##### **Globex Administração e Serviços Ltda.**

A Globex Administração e Serviços Ltda. é uma sociedade limitada, que tem por objetivo prestar serviços de administração, locação, arrendamento e intermediação de bens imóveis.

##### **Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda.**

A Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. é uma holding que tem por objetivo concentrar as participações da Companhia nas empresas financeiras: Financeira Itaú CBD S.A. Créditos, Financiamento e Investimento ("FIC"), Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV") e FIC Promotora de Vendas Ltda. Em 2020, a Via anunciou a conclusão da aquisição da Airfox através da sua controlada Lake.

##### **VVLog Logística Ltda.**

A VVLog Logística Ltda. é uma sociedade limitada e foi fundada em 29 de agosto de 2000. Seu objetivo principal é otimizar as operações logísticas de sua controladora, Via S.A. tendo como foco principal a administração logística entre as lojas e centros de distribuição da Companhia. Em 2020, a VVLog anunciou a aquisição das empresas ASAPLog e I9XP.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### **Globex Administração de Consórcio Ltda.**

A Globex Administração de Consórcios Ltda. possui autorização, conforme Certificação de Autorização nº 03/00/164/90 do Ministério da Fazenda, para administrar grupos de consórcio, formados para aquisição de bens duráveis a serem entregues pela sua controladora, Via S.A., mediante cobrança de taxa de administração. Atualmente, a Administradora não possui grupos de consórcio ativos.

#### **Cnova Comércio Eletrônico S.A.**

A Cnova Comércio Eletrônico S.A. foi criada em 2014 a partir da contribuição de determinados ativos e passivos da Nova Pontocom, que pertencia ao Grupo Pão de Açúcar ("CBD") e à Via S.A. ("Via"), visando à criação da Cnova N.V., com sede na Holanda. Com a reorganização societária ocorrida em 2016, a Cnova passou a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de julho de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de *marketplace* anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021, a Cnova adquiriu participação societária na Celer.

#### b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros, são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Passivos financeiros são classificados, inicialmente, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. É classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação.



## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### Mensuração subsequente

##### (i) Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber (exceto Contas a receber de administradoras de cartões de crédito) e Contas à receber de partes relacionadas.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a variação cambial e as perdas (ou reversões de) redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem saldos de Contas a Receber - Administradoras de cartões de crédito.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique, significativamente, os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.



## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### (ii) Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

#### Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Fornecedores, Fornecedores convênio, Empréstimos e financiamentos (exceto moeda estrangeira), Passivo de arrendamento, Partes relacionadas e Repasse a terceiros.

#### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Os passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado compreendem saldos de Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

#### Desreconhecimento

##### (i) Ativo financeiro

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativo financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa expiraram;
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e, (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

#### (ii) Passivo financeiro

Um passivo financeiro é desreconhecido quando:

- A obrigação especificada no contrato for liquidada ou cancelada;
- Um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes;
- Os termos de um passivo existente são substancialmente modificados.

#### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 – Instrumentos financeiros, para mensuração das perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base em características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante o período de 12 meses e as perdas de crédito históricas correspondentes, incorridas durante esse período, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia avalia periodicamente se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer tal avaliação, a Companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no Balanço patrimonial da Companhia se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

#### c) Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes, na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento e na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### d) Contabilização de hedge

A Companhia, eventualmente, utiliza instrumentos financeiros derivativos tais como swaps para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de *hedge*.

Estes instrumentos são classificados como hedges de valor justo, e registrados como *hedge accounting*, quando protegem de forma eficaz as variações do ativo ou passivo objeto de *hedge*.

O objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo são registrados adotando os seguintes procedimentos:

- O item designado como objeto de *hedge* é classificado como “mensurado ao valor justo”, e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro;
- As alterações do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como hedge de valor justo são reconhecidas como resultado financeiro a cada data de balanço.

#### Valor justo de empréstimos e instrumento financeiro derivativo

O valor justo dos instrumentos financeiros, designados como objetos de *hedge* foram mensurados com base nas taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do vencimento dos instrumentos financeiros, sendo a taxa de desconto utilizada para o cálculo desenvolvida através das curvas DI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3. Para os empréstimos em moeda nacional é utilizada a curva DI, índice divulgado pela B3 e calculado pelo método da interpolação exponencial.

#### e) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é considerado praticamente certo.

#### f) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de sua demonstração financeira individual e consolidada, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

As demais políticas contábeis significativas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas.

## Via S.A.

**Notas explicativas às Demonstrações financeiras  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



## 5. Caixa e equivalentes de caixa

### a) Política contábil

Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

### b) Composição dos saldos

	Taxa média ponderada (a.a.)	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e contas bancárias		116	106	232	118
Aplicações financeiras compromissadas	90,09 % do CDI a.a.	1.476	2.805	1.535	2.837
Aplicações financeiras automáticas (i)	16,46 % do CDI a.a.	4	14	4	14
Aplicações em títulos públicos (LFT's)	100 % da Selic a.a.	-	-	10	15
		<b>1.596</b>	<b>2.925</b>	<b>1.781</b>	<b>2.984</b>

(i) Referem-se a aplicação dos recursos disponíveis em conta corrente com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, resgatados automaticamente no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

## 6. Contas a receber

### a) Política contábil

Os saldos registrados no contas a receber referem-se às atividades operacionais da Companhia decorrentes da venda de bens e serviços. As demais contas a receber não relacionados às atividades operacionais são reconhecidos na rubrica "Outros ativos".

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso de Administradoras de cartões de crédito e (ii) custo amortizado, para todas as demais carteiras.

A mensuração dos saldos de contas a receber de Administradoras de cartões de crédito tem como base, operações comparáveis realizadas regularmente pela Companhia, enquanto os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado seguem o método da taxa efetiva de juros de cada operação. Para todas as carteiras há a consideração da perda estimada, reconhecida no resultado, conforme métodos explicados a seguir.

- A Companhia utiliza formas distintas para a avaliação de perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa para cada uma das carteiras. As carteiras são divididas entre: Financiamento ao consumidor CDCI, Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras;
- Para calcular a perda esperada da carteira de Financiamento ao consumidor CDCI, a Companhia se baseia nos perfis de pagamento de vendas durante o período de 12 meses e as perdas de crédito históricas correspondentes, incorridas durante esse período, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e ambiente econômico;
- Para as carteiras de Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras, a Companhia utiliza-se do histórico por meio de matriz de perdas para aplicar perdas estimadas.

## Via S.A.

**Notas explicativas às Demonstrações financeiras  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



### b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Administradoras de cartões de crédito	3.820	5.512	3.839	5.512
Crediário Casas Bahia – total (nota 6.1)	5.006	4.488	5.006	4.488
Juros à transcorrer / à apropriar em exercícios futuros (nota 6.1)	(1.286)	(1.213)	(1.286)	(1.213)
Contas a receber – B2B (i)	361	217	361	217
Outras contas a receber	325	327	356	334
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa-PDD (c)	(706)	(542)	(711)	(543)
	<b>7.520</b>	<b>8.789</b>	<b>7.565</b>	<b>8.795</b>
Circulante	6.855	7.901	6.900	7.907
Não circulante	665	888	665	888

(i) Referem-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

### c) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa do contas a receber - PDD

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Saldo no início do exercício</b>	(542)	(489)	(542)	(489)
Perda estimada registrada no exercício	(825)	(799)	(830)	(800)
Baixas de contas a receber, líquido de recuperação	661	746	661	746
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>(706)</b>	<b>(542)</b>	<b>(711)</b>	<b>(543)</b>
Circulante	(623)	(477)	(628)	(478)
Não circulante	(83)	(65)	(83)	(65)

d) Além dos saldos supramencionados, a Companhia possui outros recebíveis de origens diversas, tais como: valores referentes a cauções dadas, ativos indenizatórios, despesas pagas antecipadamente, adiantamentos feitos à fornecedores, valores a receber referentes a reembolso de despesas, entre outros, todos esses recebíveis são registrados em rubrica específica, denominada de outros ativos.

## 6.1 Contas a receber – Crédito Direto ao Consumidor (Crediário Casas Bahia)

### a) Composição dos saldos – Carteira (Crediário Casas Bahia)

Correspondem aos recebíveis das vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (Crediário Casas Bahia), conforme nota explicativa nº 13(a)(i), que podem ser parcelados em até 24 meses, cujo prazo médio de recebimento é de 15 meses com taxa média de juros de 92% a.a.. A seguir apresentamos os saldos brutos dos carnês e o montante de juros a incorrer de acordo com os prazos acordados.



## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Credíário Casas Bahia – Circulante	4.371	3.876
Credíário Casas Bahia – Não Circulante	635	612
Credíário Casas Bahia – Total (a)	<b>5.006</b>	<b>4.488</b>
Juros a transcorrer / Receita a ser apropriada em exercícios futuros	(1.286)	(1.213)
Credíário Casas Bahia – Total sem juros a transcorrer	<b>3.720</b>	<b>3.275</b>
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa - PDD (b)	(656)	(479)
(%) PECLD (PDD) / Credíário Casas Bahia – Total ((b)÷(a))	13,1%	10,7%

#### b) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa do Credíário Casas Bahia

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
<b>Saldo no início do exercício</b>	(479)	(422)
Perda estimada registrada no exercício	(704)	(687)
Baixas de contas a receber, líquido de recuperação	527	630
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>(656)</b>	<b>(479)</b>
Circulante	(573)	(414)
Não circulante	(83)	(65)

#### c) Abertura da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa por tipo de recebível – Carteira total

	Controladora					
	31.12.2021			31.12.2020		
	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido
Administradoras de cartão de crédito	3.820	(33)	3.787	5.512	(42)	5.470
Credíário Casas Bahia – TOTAL	5.006	(656)	4.350	4.488	(479)	4.009
Contas a receber "B2B"	361	(4)	357	217	(7)	210
Outras contas a receber	325	(13)	312	327	(14)	313
	<b>9.512</b>	<b>(706)</b>	<b>8.806</b>	<b>10.544</b>	<b>(542)</b>	<b>10.002</b>

  

	Consolidado					
	31.12.2021			31.12.2020		
	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido
Administradoras de cartão de crédito	3.839	(33)	3.806	5.512	(42)	5.470
Credíário Casas Bahia – TOTAL	5.006	(656)	4.350	4.488	(479)	4.009
Contas a receber "B2B"	361	(4)	357	217	(7)	210
Outras contas a receber	356	(18)	338	334	(15)	319
	<b>9.562</b>	<b>(711)</b>	<b>8.851</b>	<b>10.551</b>	<b>(543)</b>	<b>10.008</b>



## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



d) Composição por período de vencimento do contas a receber, antes da redução da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e dos juros a apropriar – Carteira total

	Controladora											
	31.12.2021					31.12.2020						
	Vencidos					Vencidos						
A vencer	Até 30 dias	31 - 60 Dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Total	
Administradoras de cartão de crédito	3.803	-	-	-	17	3.820	5.496	-	-	1	15	5.512
Crediário Casas Bahia	4.665	143	74	53	71	5.006	4.289	97	41	27	34	4.488
Contas a receber "B2B"	328	22	4	-	7	361	113	86	8	2	8	217
Outras contas a receber	313	5	3	1	3	325	321	2	2	1	1	327
	<b>9.109</b>	<b>170</b>	<b>81</b>	<b>54</b>	<b>98</b>	<b>9.512</b>	<b>10.219</b>	<b>185</b>	<b>51</b>	<b>31</b>	<b>58</b>	<b>10.544</b>

  

	Consolidado											
	31.12.2021					31.12.2020						
	Vencidos					Vencidos						
A vencer	Até 30 dias	31 - 60 Dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Total	
Administradoras de cartão de crédito	3.822	-	-	-	17	3.839	5.496	-	-	1	15	5.512
Crediário Casas Bahia	4.665	143	74	53	71	5.006	4.289	97	41	27	34	4.488
Contas a receber "B2B"	328	22	4	-	7	361	113	86	8	2	8	217
Outras contas a receber	341	6	4	1	4	356	326	2	2	2	2	334
	<b>9.156</b>	<b>171</b>	<b>82</b>	<b>54</b>	<b>99</b>	<b>9.562</b>	<b>10.224</b>	<b>185</b>	<b>51</b>	<b>32</b>	<b>59</b>	<b>10.551</b>

## 7. Estoques

### a) Política contábil

O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e para que estejam em condições de venda.

Os estoques estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de *marketing*, entre outros. As bonificações são registradas no resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido.

### b) Estimativas e premissas contábeis

O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e despesas diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e sucateamento, obtidos por meio de análise da perda histórica.

O valor realizável líquido é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de:

- (i) Tributos incidentes sobre a venda;
- (ii) Despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; e
- (iii) Custo do estoque.

### c) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lojas	2.953	1.970	2.953	1.970
Centros de distribuição	4.161	4.204	4.213	4.232
Almoxarifado	21	16	22	16
Perda estimada ao valor realizável líquido	(36)	(41)	(36)	(42)
	<b>7.099</b>	<b>6.149</b>	<b>7.152</b>	<b>6.176</b>

### d) Movimentação da perda estimada para redução dos estoques ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Saldo no início do exercício</b>	(41)	(79)	(42)	(79)
Reversões (adições)	(16)	13	(15)	12
Perdas realizadas	21	25	21	25
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>(36)</b>	<b>(41)</b>	<b>(36)</b>	<b>(42)</b>

## 8. Tributos a recuperar

### a) Política contábil

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A expectativa de realização dos tributos é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação vigente e na geração de débitos para consumo desses créditos por operação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia reavaliou as expectativas de realização de créditos tendo como base as alterações de seus planos orçamentários e logísticos.

### b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ICMS a recuperar (i)	<b>3.616</b>	3.123	<b>3.625</b>	3.127
PIS e COFINS a recuperar (ii)	<b>1.986</b>	1.878	<b>2.069</b>	1.880
Imposto de renda e contribuição social	<b>217</b>	243	<b>230</b>	257
Outros	<b>371</b>	174	<b>380</b>	182
	<b>6.190</b>	5.418	<b>6.304</b>	5.446
Circulante	<b>1.782</b>	1.366	<b>1.809</b>	1.394
Não circulante	<b>4.408</b>	4.052	<b>4.495</b>	4.052

#### (i) Realização do crédito de ICMS

O plano de realização do crédito de ICMS é acompanhado periodicamente com intuito de garantir o cumprimento das premissas estabelecidas, bem como reavaliação das mesmas conforme os eventos de negócio, permitindo o melhor desempenho da realização do crédito.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, e com base na expectativa futura de desempenho operacional e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com suporte em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia avalia a aderência do plano de monetização estabelecido, pelo menos anualmente e sempre que necessário reavalia, inclui e/ou exclui elementos que contribuam para trazer clareza as premissas consideradas para a realização do saldo de ICMS a recuperar.

Cabe destacar que a realização do crédito ocorre também, através de processo de ressarcimento junto às Secretarias da Fazenda Estaduais e requer a comprovação através de documentos fiscais e arquivos digitais, das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Essa metodologia é determinada de acordo com a legislação de cada Estado e é seguida pela Companhia.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### (ii) Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Desde a adoção da sistemática do regime de não cumulatividade do PIS e COFINS, a Companhia vem pleiteando judicialmente o direito de deduzir o ICMS e o ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS. Com o julgamento da tese pelo STF em sede de repercussão geral, ocorrido em 15 de março de 2017, bem como o Acórdão publicado em 02 de outubro de 2017, a Companhia passou a realizar o cálculo com as respectivas deduções.

Em agosto de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado de processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em maio de 2020, a Companhia obteve decisão favorável em mais um processo de discussão do direito à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O montante contabilizado no ano foi de R\$1.330 registrado nas rubricas de “PIS e COFINS a recuperar”, sendo o principal de R\$1.039 em “Custo de mercadorias e serviços vendidos” e atualização monetária de R\$291 em “Resultado financeiro, líquido”.

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou os embargos de declaração da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como sua modulação de efeitos. O plenário, por maioria, deu parcial provimento aos embargos de declaração, nos seguintes termos: (i) “no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS-COFINS, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado”; e (ii) “modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento”.

#### c) Expectativa de realização dos tributos a recuperar

	Controladora				
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	Total
2022	478	765	27	315	1.585
2023	804	901	27	31	1.763
2024	789	320	27	23	1.159
2025	683	-	27	1	711
2026	661	-	109	1	771
2027	201	-	-	-	201
	<b>3.616</b>	<b>1.986</b>	<b>217</b>	<b>371</b>	<b>6.190</b>

  

	Consolidado				
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	Total
2022	487	796	30	317	1.630
2023	804	919	30	33	1.786
2024	789	337	29	28	1.183
2025	683	17	29	1	730
2026	661	-	112	1	774
2027	201	-	-	-	201
	<b>3.625</b>	<b>2.069</b>	<b>230</b>	<b>380</b>	<b>6.304</b>

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



## 9. Partes relacionadas

	Ativo (Passivo), líquido				Receita (Despesa), líquida			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<u>Partes relacionadas</u>								
<b>Controladas</b>								
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (b) (c)	125	21	-	-	(643)	(393)	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS") (b)	-	-	-	-	(2)	(1)	-	-
ASAPLog Ltda. ("ASAPLog") (c)	-	-	-	-	(17)	(4)	-	-
VVLog Logística Ltda. ("VVLog") (c)	(26)	(2)	2	-	(44)	(4)	-	-
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi") (c)	2	2	-	-	(7)	(1)	-	-
<b>Coligadas</b>								
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") (a)	(3)	(3)	(3)	(3)	(10)	(9)	(10)	(9)
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV") (a)	1	-	1	-	7	-	7	-
Growth Partners Investimentos e Participações S.A. ("Distrito")	-	-	(1)	3	-	-	-	-
<b>Outras</b>								
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (d)	386	242	433	280	56	157	53	156
	<b>485</b>	<b>260</b>	<b>432</b>	<b>280</b>	<b>(660)</b>	<b>(255)</b>	<b>50</b>	<b>147</b>
<u>Operações de arrendamento mercantil</u>								
<b>Outras</b>								
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (b)								
Ativo de direito de uso	1.027	1.008	1.054	1.034	(123)	(122)	(126)	(124)
Passivo de arrendamento	(1.499)	(1.457)	(1.539)	(1.496)	(188)	(181)	(193)	(186)
	<b>(472)</b>	<b>(449)</b>	<b>(485)</b>	<b>(462)</b>	<b>(311)</b>	<b>(303)</b>	<b>(319)</b>	<b>(310)</b>
<b>Total das operações com Partes relacionadas</b>	<b>13</b>	<b>(189)</b>	<b>(53)</b>	<b>(182)</b>	<b>(971)</b>	<b>(558)</b>	<b>(269)</b>	<b>(163)</b>
Ativo – partes relacionadas								
Circulante	420	254	271	209				
Não circulante	141	57	188	97				
Passivo – partes relacionadas								
Circulante	(76)	(51)	(27)	(26)				

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



As operações com partes relacionadas, apresentadas no quadro acima, são oriundas de transações que a Companhia mantém com seus principais acionistas, suas controladas e com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições usuais de mercado acordadas entre as partes, sendo as principais:

#### a) Operações de crédito e financiamento com a FIC e BINV

A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC e BINV, que realizam operações de compra de recebíveis de cartão de crédito da Companhia. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (despesa), líquida" no quadro anteriormente apresentado e classificado na rubrica de "Receita de venda de mercadorias e serviços", na Demonstração do resultado da Companhia.

A FIC e BINV atuam, também, como operadoras de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC e BINV era de R\$400 (R\$247 em 31 de dezembro de 2020). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" em "Administradoras de cartões de crédito", demonstrado na nota explicativa nº 6.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$9 (R\$9 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) de despesas financeiras provenientes da venda de recebíveis de cartão de crédito.

#### b) Operações de aluguéis

A Via realiza operações de aluguel com CBD e GAS. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 274 imóveis, entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos, estabelecidos em condições específicas com a Casa Bahia Comercial ("CB") e seus sócios, conforme Acordo de Associação celebrado entre Via, CBD, CB e sócios da CB.

#### c) Compra e venda de mercadorias e serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

Contraparte	Operação	Receita (despesa), líquida	
		31.12.2021	31.12.2020
Bartira	Compra de mercadorias	(643)	(393)
VVLog	Contratação de serviços de logística	(44)	(4)
ASAPLog	Contratação de serviços de logística	(17)	(4)
BanQi	Tarifa de intermediação do carnê Casas Bahia	(7)	-

#### d) Acordo de associação Via, Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") e CB e instrumentos correlatos

Em 1º de julho de 2010, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação ("Acordo de Associação") entre Via Varejo, CBD, CB e sócios da CB que, dentre outros direitos, assegurou à Via Varejo o direito de ser indenizada, a título de perdas e danos, por CBD, CB e sócios da CB, acerca de certas demandas judiciais e reembolso de despesas relativo a fatos ou atos cuja origem ou fato gerador tenham ocorrido durante o período de gestão dos antigos controladores da Via Varejo e das empresas mencionadas do referido Acordo de Associação.

Conforme disposto no Acordo de Associação, findo o prazo de seis anos da data do fechamento da transação, o que ocorreu em 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos relativos à constituição de indenização relacionada às novas demandas judiciais e iniciaram-se as negociações entre as partes para cobrança e liquidação dos saldos existentes relativos a tais perdas e danos.



## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 4 de julho de 2017, a Companhia celebrou um “Termo de Acordo” com CB, em conjunto com CBD, para (i) liquidação das perdas e danos já incorridas até 8 de novembro de 2016; (ii) definição de novos critérios para apuração de responsabilidades pelas perdas e danos relativos às contingências; (iii) realização de reuniões periódicas nas quais cada uma das partes deve apresentar as perdas e danos incorridas a partir de 09 de novembro de 2016, a serem indenizados pela outra parte; e (iv) constituição de garantias para fazer frente à obrigação de indenização de CB relativas às contingências. O Termo de Acordo foi aprovado pelos Conselhos de Administração da Companhia e CBD em 24 de julho de 2017. A garantia constituída pela CB para cumprimento do referido Termo de Acordo foi uma fiança pessoal dos sócios da CB, bem como hipotecas sobre imóveis de propriedade da CB, em valor suficiente para suportar o total das contingências potenciais identificadas em 8 de novembro de 2016.

Em 24 de outubro de 2018, a Companhia celebrou com CB, em conjunto com CBD, Termo Aditivo ao Termo de Acordo, visando aprimorar os critérios do Termo de Acordo e esclarecer determinadas cláusulas e condições, de forma a possibilitar a devida liquidação dos saldos em aberto apresentados de parte a parte nas reuniões periódicas.

Em 14 de junho de 2019, a Companhia Brasileira de Distribuição realizou a venda integral da sua participação acionária da Companhia. A partir dessa data, os montantes a receber passaram a ser reconhecidos na rubrica de Outros ativos no Ativo circulante.

A Companhia tem mantido os termos contratuais do Acordo de Associação e seus referidos aditivos posteriores até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### e) Remuneração da Administração

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta Administração (diretores estatutários e membros do Conselho de Administração), registradas na Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram as seguintes:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	26	27	53	29	33	62
Conselho de Administração	6	-	6	6	-	6
	<b>32</b>	<b>27</b>	<b>59</b>	<b>35</b>	<b>33</b>	<b>68</b>

## 10. Investimentos

#### a) Política contábil

Controladas são todas as entidades que a Via detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. O controle é definido:

- Pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas;
- Por sua habilidade de utilizar esse poder; e
- Pela sua exposição aos retornos dessas entidades.

As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação das demonstrações financeiras da até então controlada é interrompida. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício no momento em que há a perda de controle.

Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas nas demonstrações financeiras consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos nas empresas controladas e coligadas, nas demonstrações financeiras individuais da controladora, encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com esse método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes, em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos.

Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos dessas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

#### b) Saldos e movimentação

	Controladora				
	Lake	Bartira	VVLog	Outros	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	150	735	36	52	973
Aumento de capital (i)	205	-	17	11	233
Lucros não realizados nos estoques	-	4	-	-	4
Distribuição de dividendos	(5)	-	-	-	(5)
Equivalência patrimonial por resultado	2	(16)	(6)	(9)	(29)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	(3)	-	-	-	(3)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>349</b>	<b>723</b>	<b>47</b>	<b>54</b>	<b>1.173</b>
Aumento de capital (ii)	171	-	34	67	272
Adiantamento para futuro aumento de capital	80	-	23	16	119
Lucros não realizados nos estoques	-	(11)	-	-	(11)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1)	(1)
Equivalência patrimonial por resultado	(45)	13	(36)	(19)	(87)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	1	-	-	-	1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>556</b>	<b>725</b>	<b>68</b>	<b>117</b>	<b>1.466</b>

(i) Em 2020, a Companhia aumentou o capital social da controlada Lake no valor total de R\$205, sendo o montante de R\$148 em dinheiro e R\$57 decorrentes de Notas Conversíveis em Ações emitidas pela empresa Airfox em favor da Via.

(ii) Em 2021, a Companhia aumentou o capital social da controlada Lake em dinheiro no valor total de R\$171, da VVLog em dinheiro no valor de R\$34 e da Cnova também em dinheiro no valor de R\$67.

	Consolidado			
	FIC	BINV	Distrito	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	108	37	-	145
Equivalência patrimonial por resultado	47	6	-	53
Aquisição de participação societária	-	-	18	18
Distribuição de dividendos	(6)	(4)	-	(10)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>149</b>	<b>39</b>	<b>18</b>	<b>206</b>
Equivalência patrimonial por resultado	38	8	(1)	45
Distribuição de dividendos	(21)	(5)	-	(26)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>166</b>	<b>42</b>	<b>17</b>	<b>225</b>

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### c) Informações financeiras resumidas das coligadas

##### FIC e BINV

São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via. A BINV é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A., enquanto a FIC é resultado da associação de CBD e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A.. A Companhia exerce influência significativa nos investimentos, mas não o controle. A participação no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake.

##### Distrito

O Distrito é um *hub* de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberta, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, *startups*, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. A Companhia exerce influência significativa no investimento, mas não o controle. Em 31 de dezembro de 2021, a participação no capital votante total da Distrito corresponde a 14,58% oriundo do investimento da controlada Cnova.

A seguir, informações das coligadas que a Companhia julga como relevantes para o cálculo da equivalência patrimonial:

	FIC		BINV	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<u>Balanco patrimonial</u>				
Ativo circulante	8.742	6.738	928	679
Ativo não circulante	35	52	-	-
<b>Ativo total</b>	<b>8.777</b>	<b>6.790</b>	<b>928</b>	<b>679</b>
Passivo circulante	7.401	5.611	844	603
Passivo não circulante	44	22	2	2
Patrimônio líquido (i)	1.332	1.157	82	74
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>8.777</b>	<b>6.790</b>	<b>928</b>	<b>679</b>
<u>Demonstração do resultado</u>				
Lucro líquido	268	332	15	12

(i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A..

## 11. Imobilizado

#### a) Política contábil

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada período e ajustados de forma prospectiva. As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas:

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



<u>Categoria de ativos</u>	<u>Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2021</u>
Edifícios	40
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15
Máquinas e equipamentos	11
Equipamentos de informática	5
Instalações	13
Móveis e utensílios	11
Veículos	4

Não houve mudança significativa na vida útil média ponderada comparada com o ano anterior.

Quando estão diretamente relacionadas à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas ao custo dos produtos e posteriormente registradas no “Custo das mercadorias e serviços vendidos” de acordo com a venda dos estoques.

#### Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, sendo que o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

Anualmente a Companhia realiza o teste de *impairment* de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras.

#### b) Estimativas e premissas contábeis

A Companhia entende que suas Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) são suas lojas, e realiza o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado neste nível. O teste é realizado considerando as seguintes etapas:

- (i) As UGC’s que apresentarem margem bruta negativa, nos últimos 12 meses, seguem para a próxima etapa;
- (ii) Elabora-se o fluxo de caixa esperado das UGC’s identificadas para os próximos 5 anos e compara-se o resultado com o valor contábil;
- (iii) Em caso de lojas próprias com valor em uso abaixo do valor contábil, a Companhia solicita a avaliação de especialistas independentes para obter o valor de mercado do imóvel.

A margem EBITDA utilizada para o teste varia entre as UGC’s considerando o resultado apresentado pela UGC no último ano. A margem EBITDA, o crescimento de vendas e a taxa de desconto utilizados são objeto de aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A taxa de desconto utilizada no teste de *impairment* reflete o custo de capital da Companhia (WACC).

O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (e) desta nota explicativa.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	Saldo em 31.12.2021			Saldo em 31.12.2020			Saldo em 31.12.2021			Saldo em 31.12.2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	11	-	11	11	-	11	15	-	15	15	-	15
Edifícios	15	(8)	7	15	(8)	7	20	(13)	7	19	(12)	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.174	(479)	695	1.090	(452)	638	1.177	(479)	698	1.092	(451)	641
Máquinas e equipamentos	303	(171)	132	251	(151)	100	502	(318)	184	440	(290)	150
Equipamentos de informática	660	(453)	207	602	(393)	209	667	(457)	210	605	(393)	212
Instalações	173	(59)	114	158	(53)	105	190	(65)	125	177	(62)	115
Móveis e utensílios	394	(218)	176	356	(191)	165	398	(220)	178	358	(193)	165
Veículos	5	(4)	1	5	(4)	1	10	(5)	5	12	(7)	5
Imobilizado em andamento	253	-	253	82	-	82	258	-	258	85	-	85
Outros	70	(46)	24	61	(44)	17	84	(52)	32	63	(45)	18
	<b>3.058</b>	<b>(1.438)</b>	<b>1.620</b>	<b>2.631</b>	<b>(1.296)</b>	<b>1.335</b>	<b>3.321</b>	<b>(1.609)</b>	<b>1.712</b>	<b>2.866</b>	<b>(1.453)</b>	<b>1.413</b>

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### Movimentação 2020

	Controladora					Consolidado							
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transfêrências	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Depreciação	Transfêrências	Saldo em 31.12.2020
Terrenos	12	-	-	-	(1)	11	15	-	-	-	-	-	15
Edifícios	7	-	-	-	-	7	7	-	-	-	(1)	1	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	678	17	(15)	(70)	28	638	681	17	(15)	-	(70)	28	641
Máquinas e equipamentos	90	24	4	(16)	(2)	100	152	27	4	-	(29)	(4)	150
Equipamentos de Informática	170	62	30	(61)	8	209	172	62	30	1	(61)	8	212
Instalações	92	43	(15)	(11)	(4)	105	104	43	(15)	-	(12)	(5)	115
Móveis e utensílios	148	1	32	(22)	6	165	148	1	31	-	(22)	7	165
Veículos	1	-	-	-	-	1	9	-	(4)	-	-	-	5
Imobilizado em andamento	63	68	-	-	(49)	82	64	70	-	-	-	(49)	85
Outros	16	7	(1)	(7)	2	17	17	7	(1)	-	(7)	2	18
	<b>1.277</b>	<b>222</b>	<b>35</b>	<b>(187)</b>	<b>(12)</b>	<b>1.335</b>	<b>1.369</b>	<b>227</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>(202)</b>	<b>(12)</b>	<b>1.413</b>

#### Movimentação 2021

	Controladora					Consolidado							
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Depreciação	Transfêrências	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Depreciação	Transfêrências	Saldo em 31.12.2021
Terrenos	11	-	-	-	-	11	15	-	-	-	-	-	15
Edifícios	7	-	1	(1)	-	7	7	-	1	-	(1)	-	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	638	111	(12)	(73)	31	695	641	116	(13)	-	(73)	27	698
Máquinas e equipamentos	100	46	-	(20)	6	132	150	51	-	-	(23)	6	184
Equipamentos de Informática	209	75	(1)	(85)	9	207	212	78	(3)	-	(86)	9	210
Instalações	105	10	-	(11)	10	114	115	11	(1)	-	(12)	12	125
Móveis e utensílios	165	33	-	(28)	6	176	165	33	-	-	(27)	7	178
Veículos	1	-	(1)	-	1	1	5	-	-	-	-	-	5
Imobilizado em andamento	82	252	(1)	-	(80)	253	85	252	(1)	-	-	(78)	258
Outros	17	13	-	(7)	1	24	18	18	(4)	9	(10)	1	32
	<b>1.335</b>	<b>540</b>	<b>(14)</b>	<b>(225)</b>	<b>(16)</b>	<b>1.620</b>	<b>1.413</b>	<b>559</b>	<b>(21)</b>	<b>9</b>	<b>(232)</b>	<b>(16)</b>	<b>1.712</b>



## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### d) Classificação da depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível na Demonstração do resultado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação e amortização no Custo de mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Depreciação e amortização	43	37	52	52

#### e) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O valor recuperável das UGC's foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do quinquênio 2021-2025, conforme o planejamento estratégico da Companhia; e (ii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 14,47%. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos de 3,5% a.a..

Como resultado dessa análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi registrada nenhuma redução por *impairment* (*nil* em 31 de dezembro de 2020).

## 12. Intangível

### a) Política contábil

São compostos por ativos intangíveis da Companhia, basicamente pelo ágio gerado em combinações de negócio, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, *softwares* em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente e *softwares* adquiridos de terceiros.

Os gastos com o desenvolvimento de *software* para uso interno são reconhecidos como custo de ativos intangíveis, desde que atendam os critérios mínimos de reconhecimento. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, em uma combinação de negócios, todos os intangíveis identificados de forma confiável da investida, são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas têm vida útil indefinida, logo, não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável.

Os intangíveis gerados internamente e os gastos com desenvolvimento de *software* que não atendem os critérios mínimos de reconhecimento são registrados no resultado do exercício, quando incorridos.

Anualmente, ou sempre que houver indícios de incertezas na recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível de vida útil definida são relacionadas a seguir:

<u>Intangível</u>	<u>Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2021</u>
Fundo de comércio	4
Direitos contratuais	13
Software e licenças	9
Contrato vantajoso	17

Não houve mudança significativa no cálculo da vida útil média ponderada comparada com o ano anterior.

#### b) Estimativas e premissas contábeis

Conforme prática contábil descrita acima, a Companhia testa anualmente se o valor contábil do ágio por aquisição de investimentos em controladas deve ser ajustado para trazê-lo ao seu valor recuperável. A Companhia utiliza premissas baseadas em seu planejamento estratégico e nos indicadores de mercado para avaliação da recuperabilidade deste ágio. O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (d) desta nota explicativa.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	Saldo em 31.12.2021			Saldo em 31.12.2020			Saldo em 31.12.2021			Saldo em 31.12.2020		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio (i)	-	-	-	-	-	-	964	-	964	830	-	830
Software em desenvolvimento	626	-	626	251	-	251	627	-	627	251	-	251
Software e licenças	809	(425)	384	703	(344)	359	875	(432)	443	801	(347)	454
Direitos contratuais (ii)	251	(211)	40	251	(206)	45	251	(211)	40	251	(206)	45
Marcas e patentes (iii)	-	-	-	-	-	-	46	-	46	46	-	46
Contrato vantajoso (iv)	-	-	-	-	-	-	36	(17)	19	36	(15)	21
Fundo de comércio (v)	74	(69)	5	73	(67)	6	73	(69)	4	73	(67)	6
	<b>1.760</b>	<b>(705)</b>	<b>1.055</b>	1.278	(617)	661	<b>2.872</b>	<b>(729)</b>	<b>2.143</b>	2.288	(635)	1.653

- (i) **Ágio:** A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da: (a) Bartira em 2013, no montante de R\$627; (b) ASAPLog em 2020, no montante de R\$3; (c) Airfox em 2020, no montante de R\$189 e posteriormente ajustado em 2021 para R\$226 em decorrência da finalização da alocação do preço de compra; (d) I9XP em 2020, no montante de R\$11; (e) Celer em 2021, no montante de R\$97;
- (ii) **Direitos contratuais:** Os direitos contratuais da Companhia referem-se à reaquisição dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estabelecida com base na data de término dos direitos readquiridos;
- (iii) **Marcas e patentes:** Em consequência da combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46 com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida;
- (iv) **Contrato vantajoso:** Como parte da combinação de negócios da Bartira, o imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento, tendo Casa Bahia Comercial Ltda. como arrendadora. Sua mensuração foi realizada com base em informações de transações comparáveis no mercado;
- (v) **Fundo de comércio:** Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### Movimentação 2020

	Controladora					Consolidado								
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Efeito de conversão	Combinação de negócios	Amortização	Transferências	Saldo em 31.12.2020
Ágio	-	-	-	-	-	-	627	-	-	-	203	-	-	830
Software em desenvolvimento	181	189	(105)	-	(14)	251	181	189	(105)	-	-	-	(14)	251
Software e licenças	291	9	129	(91)	21	359	294	18	128	(1)	93	(99)	21	454
Direitos contratuais	74	-	(1)	(28)	-	45	73	-	-	-	-	(28)	-	45
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	-	46	-	-	-	-	-	-	46
Contrato vantajoso	-	-	-	-	-	-	23	-	-	-	-	(2)	-	21
Fundo de comércio	1	-	-	-	5	6	1	-	-	-	-	-	5	6
	<u>547</u>	<u>198</u>	<u>23</u>	<u>(119)</u>	<u>12</u>	<u>661</u>	<u>1.245</u>	<u>207</u>	<u>23</u>	<u>(1)</u>	<u>296</u>	<u>(129)</u>	<u>12</u>	<u>1.653</u>

#### Movimentação 2021

	Controladora					Consolidado								
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Efeito de conversão	Combinação de negócios	Amortização	Transferências	Saldo em 31.12.2021
Ágio	-	-	-	-	-	-	830	18	-	-	97	-	19	964
Software em desenvolvimento	251	418	-	-	(43)	626	252	428	(1)	-	-	-	(52)	627
Software e licenças	359	43	4	(81)	59	384	454	53	(19)	1	1	(96)	49	443
Direitos contratuais	45	-	-	(5)	-	40	45	-	-	-	-	(5)	-	40
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	-	46	-	-	-	-	-	-	46
Contrato vantajoso	-	-	-	-	-	-	21	-	-	-	-	(2)	-	19
Fundo de comércio	6	-	-	(1)	-	5	5	-	-	-	-	(1)	-	4
	<u>661</u>	<u>461</u>	<u>4</u>	<u>(87)</u>	<u>16</u>	<u>1.055</u>	<u>1.653</u>	<u>499</u>	<u>(20)</u>	<u>1</u>	<u>98</u>	<u>(104)</u>	<u>16</u>	<u>2.143</u>

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### d) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível (*impairment*)

A Companhia analisa, pelo menos anualmente, se há indícios de que os ativos intangíveis com vida útil definida não são capazes de gerar benefícios econômicos futuros através de geração de receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela Companhia.

A Administração da Companhia efetua, pelo menos anualmente, análise, em conjunto com seu departamento de tecnologia da informação, com a finalidade de verificar se os projetos de softwares em andamento possuem viabilidade econômica. Aqueles casos em que não seja provável que os ativos intangíveis seriam capazes de gerar benefícios econômicos e/ou que sua manutenção não esteja alinhada com a estratégia atual da administração da Companhia, são descontinuados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia efetuou a respectiva análise e, como consequência, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável.

Para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis relativos à combinação de negócios, os seus respectivos valores foram devidamente alocados ao único segmento que a Companhia reporta. A aquisição da Bartira foi estratégica e realizada com o objetivo de permitir um fornecimento contínuo de móveis, importante categoria de vendas para a Companhia em ambos os negócios, bem como alavancar o fluxo de clientes para as lojas, qual beneficia fortemente todas as demais categorias de produtos. Dessa forma, o teste de *impairment* para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros projetados para os próximos 10 anos da Via em virtude do plano de negócios da Companhia que é estruturado de forma a demonstrar a realização de seus ativos nesse prazo.

Para a determinação do valor recuperável, quatro principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do Quinquênio 2022-2026, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento real das vendas (descontada inflação) de 0,5% do sexto ao décimo ano; (iii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da investida Bartira de 16,37% a.a.; e (iv) estabilidade da margem EBITDA a partir do quarto ano. A perpetuidade foi calculada considerando as mesmas premissas do último período. Essa análise não indicou a necessidade de reconhecimento de perdas desse ativo.

## 13. Empréstimos e financiamentos

#### a) Composição dos saldos

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
CDCI (i)	9,47%a.a	4.828	4.647	4.828	4.647
Empréstimos em moeda nacional (ii)	CDI + 2,86% a.a	1.286	2.448	1.302	2.448
Debêntures (iii)	CDI + 2,50% a.a	2.891	2.001	2.891	2.001
Notas Comerciais (iv)	CDI + 1,50% a.a	401	-	401	-
		<b>9.406</b>	<b>9.096</b>	<b>9.422</b>	<b>9.096</b>
Circulante		5.267	6.687	5.283	6.687
Não circulante		4.139	2.409	4.139	2.409

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### (i) Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (“CDCI”)

As operações Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (“CDCI”) correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes (Crediário Casas Bahia), por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 6). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 31 de dezembro de 2021, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 9,47% a.a. (5,39% a.a. em 31 de dezembro de 2020), abaixo apresentamos a segregação dos respectivos saldos entre circulante e não circulante:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
CDCI – Circulante	4.482	4.124
CDCI – Não Circulante	578	654
	5.060	4.778
Juros a apropriar	(232)	(131)
CDCI, líquido de juros a apropriar	4.828	4.647

#### (ii) Empréstimos em moeda nacional

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não firmou novos contratos de Cédulas de Crédito Bancário (CCB).

Em 19 de dezembro de 2021, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral, sobre o alongamento da dívida da Companhia. Como impacto dessa operação o prazo, a taxa de juros e a amortização da CCB contratada no dia 29 de junho de 2020 foram alterados.

Data da contratação	Valor da captação	Prazo	Juros	Amortização
29/06/2020	R\$2.503	3 anos	CDI + 2,90%	Principal no ano do vencimento e juros trimestrais
26/11/2020	R\$150	3 anos	CDI + 2,59%	Principal e juros semestrais
26/11/2020	R\$150	3 anos	CDI + 2,65%	Principal e juros anuais

#### (iii) Debêntures

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. Foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), com remuneração de CDI + 0,99% a.a., amortização final e juros semestrais, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência das debêntures é de 2 anos contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. Em 23 de dezembro de 2021, a 4ª emissão de debêntures foi liquidada.



## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 25 de junho de 2020, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 650.000 (seiscentas e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 3,75% a.a. e CDI + 4,25% a.a. respectivamente, com amortização final e juros trimestrais, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 1 ano e da 2ª série de 2 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. Em 26 de junho de 2021, as debêntures emitidas no âmbito da 1ª série foram liquidadas.

Em 10 de maio de 2021, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 771.959 (setecentas e setenta e uma mil e novecentas e cinquenta e nove) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 228.041 (duzentas e vinte e oito mil e quarenta e uma) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 1,90% a.a. e CDI + 2,10% a.a. respectivamente, com amortização final para a 1ª série e ao final do penúltimo e último ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 anos e da 2ª série de 5 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. A 6ª emissão contou com metas ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança), onde a Companhia se compromete a cumprir a renovação da sua matriz de energia elétrica para fontes de energia elétrica renováveis.

Em 29 de setembro de 2021, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 461.667 (quatrocentas e sessenta e um mil e seiscentas e sessenta e sete) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 538.333 (quinhentas e trinta e oito mil e trezentas e trinta e três) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 1,50% a.a. e CDI + 1,70% a.a. respectivamente. Com amortização final para a 1ª série em 15 de setembro de 2024 e amortização de 50% no 4º ano e 50% no 5º ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 anos e da 2ª série de 5 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia.

#### (iv) Notas Comerciais

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única. Foram emitidas 400.000 (quatrocentas mil) notas comerciais escriturais no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com remuneração de CDI + 1,50% a.a., amortização e juros no final, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução CVM nº 476/14195. O prazo de vigência das notas comerciais escriturais é de 1 ano e 6 meses contados da data de emissão, e os recursos captados foram destinados ao pagamento de parte do valor total da amortização das debêntures da 4ª emissão de debêntures da Emitente.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### b) Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento dos fluxos de caixa.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	5.899	5.899
<b>Fluxos de caixa de financiamento</b>		
Captações (i)	10.247	10.247
Amortizações (i)	(7.004)	(7.004)
Liquidação de contrato de swap	6	6
Pagamento de juros (i)	(466)	(466)
<b>Variações que não envolvem caixa</b>		
Juros incorridos (i)	423	423
Swap	(4)	(4)
Variação cambial	(5)	(5)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>9.096</u>	<u>9.096</u>
<b>Fluxos de caixa de financiamento</b>		
Captações (i)	<b>9.199</b>	<b>9.199</b>
Amortizações (i)	<b>(9.028)</b>	<b>(9.028)</b>
Pagamento de juros (i)	<b>(491)</b>	<b>(491)</b>
<b>Variações que não envolvem caixa</b>		
Combinação de negócios	-	<b>16</b>
Juros incorridos (i)	<b>630</b>	<b>630</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<u><b>9.406</b></u>	<u><b>9.422</b></u>

(i) Em 31 de dezembro de 2021, os montantes referentes apenas às operações de CDCI foram de R\$6.791 de captações, R\$6.703 de amortizações, R\$213 de pagamento de juros e R\$306 de juros incorridos (R\$5.944, R\$5.030, R\$232 e R\$219 respectivamente em 31 de dezembro de 2020).

#### c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

<u>Ano</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2023	<b>2.138</b>
2024	<b>1.235</b>
2025	<b>383</b>
2026	<b>383</b>
	<u><b>4.139</b></u>

#### d) Cláusulas restritivas

A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA ajustado ("*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization adjusted*").

#### Debêntures e notas comerciais

A manutenção do vencimento contratual das debêntures e das notas comerciais em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente. Os principais indicadores de cumprimento de cláusulas restritivas são:

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### Covenants ESG - Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)

Atingimento de percentual de energia renovável, nas datas de verificação, vide abaixo:

- Dezembro de 2022 – Igual ou maior a 50%
- Dezembro de 2025 – Igual ou maior a 90%

#### Covenants sobre dívida líquida:

- Dívida líquida consolidada (\*) não superior ao Patrimônio Líquido e;
- Relação entre dívida líquida ajustada, e o EBITDA consolidado ajustado (\*\*), menor ou igual a 3,25.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

(\*) **Dívida líquida consolidada:** a dívida total da Companhia (Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo debêntures, notas promissórias e saldos das operações de CDCI, excluindo saldos das operações de Contratos de Arrendamento Mercantil), subtraída do valor das disponibilidades do caixa e dos valores de Contas a Receber, com deságio de 1,15%, oriundos de vendas com cartões de crédito, vale-alimentação e multibenefícios, incluindo saldos das operações de CDCI existentes dentro da rubrica de Contas a Receber.

(\*\*) **EBITDA consolidado ajustado:** o Lucro bruto, deduzido das despesas operacionais gerais, administrativas e de vendas, excluindo-se depreciações e amortizações, e acrescido de Outras receitas operacionais ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres.

## 14. Gerenciamento de riscos financeiros

### a) Política contábil

Quando não é possível obter o valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros em mercados ativos, o valor justo registrado nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração do valor justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### b) Composição dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Ativos financeiros</b>				
<u>Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.596	2.925	1.781	2.984
Contas a receber (exceto Administradoras de cartões de crédito)	3.733	3.319	3.759	3.325
Partes relacionadas	561	311	459	306
Instrumentos financeiros	-	-	10	-
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Administradoras de cartões de crédito	3.787	5.470	3.806	5.470
<b>Passivos financeiros</b>				
<u>Custo amortizado</u>				
Fornecedores	(7.608)	(7.704)	(7.750)	(7.799)
Fornecedores convênio (i)	(1.904)	(484)	(1.904)	(484)
Empréstimos e financiamentos	(9.406)	(9.096)	(9.422)	(9.096)
Passivo de arrendamento	(4.152)	(3.908)	(4.202)	(3.963)
Partes relacionadas	(76)	(51)	(27)	(26)
Repasse a terceiros	(498)	(637)	(576)	(653)

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê de Finanças, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente ao Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. Os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta são relacionados aos riscos de mercado decorrentes dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

(i) Fornecedores convênio: "Fornecedores convênio é formado a partir de transações mercantis recorrentes entre a Via e seus fornecedores de produtos e serviços os quais são comercializados pela Via conforme seu objeto social. Em sendo materialmente relevante e por se tratar de uma operação de essência operacional e mercantil, tais passivos são classificados contabilmente em conta específica em obediência às normas gerais de contabilidade. Vale ressaltar que estas operações atendem ao interesse mútuo no que tange à liquidez e capital de giro de cada parte (Fornecedor e Via). Portanto, trata-se de uma modalidade "colaborativa" entre agentes da cadeia do varejo. Daí ser classificada sob o nome de "fornecedor convênio". A conveniência e oportunidade destas operações decorre dos interesses e vantagens comerciais que possam mutuamente existir entre a VIA e seus fornecedores, bem como, de eventuais variações conjunturais no nível da demanda e oferta de produtos e serviços. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras, com o custo financeiro de 11,04% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,0% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

#### c) Risco de mercado

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2021, é o aumento do percentual do CDI, uma vez que, o saldo total dos empréstimos e financiamentos excedeu o saldo das aplicações financeiras indexadas à mesma modalidade de taxa de juros.

#### Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o CDI, para fazer frente às necessidades de capital de giro e de investimentos. Da mesma forma, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 11,79% a.a.. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

Operações	Risco	Consolidado	Análise de sensibilidade		
		Saldo em 31.12.2021	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Aumento do CDI	1.549	164	205	246
Empréstimos bancários (*)	Aumento do CDI	(4.594)	(441)	(531)	(620)
<b>Impacto no resultado - despesa</b>			<b>(277)</b>	<b>(326)</b>	<b>(374)</b>

(\*) Não incluem os contratos de empréstimos CDCI por apresentarem taxas de juros pré-fixadas.

#### d) Risco de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa de curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. É prática do departamento de tesouraria da Companhia manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro. Regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar o impacto na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não sejam renovadas.

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros, calculados até o vencimento, dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados podem não conferir com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	31.12.2021							
	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	7.608	-	-	7.608	7.750	-	-	7.750
Fornecedores convênio	1.943	-	-	1.943	1.943	-	-	1.943
Empréstimos e financiamentos	5.857	4.911	-	10.768	5.873	4.911	-	10.784
Passivo de arrendamento	1.185	3.600	1.009	5.794	1.196	3.649	1.027	5.872
Partes relacionadas	76	-	-	76	27	-	-	27
Repasse a terceiros	498	-	-	498	576	-	-	576
	<u>17.167</u>	<u>8.511</u>	<u>1.009</u>	<u>26.687</u>	<u>17.365</u>	<u>8.560</u>	<u>1.027</u>	<u>26.952</u>

#### e) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito no caixa e equivalentes de caixa mantidos com instituições financeiras, na posição das contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário a instituições financeiras validadas pelo Comitê de Finanças e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos que são regularmente atualizados.



## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado porque grande parte das vendas da Companhia é realizada por cartão de crédito, que são, substancialmente, securitizados com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("CDCI"), são linhas de crédito adquiridas junto aos bancos Bradesco, Safra, Banco do Brasil, Daycoval e BTG, visando o financiamento dos clientes; com interveniência da Companhia. Desta forma, a Companhia detém o risco de crédito, adotando procedimentos criteriosos na sua concessão. Todavia, o saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

As estimativas de perda por não recuperação de ativos financeiros são calculadas conforme a política contábil da Companhia, descrita na nota explicativa nº 6(a). Os saldos dessas estimativas, apresentados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, foram considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas da carteira de recebíveis.

#### f) Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar uma adequada classificação de risco de crédito, além de uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento de órgão regulador sobre o capital.

	Consolidado			
	31.12.2021		31.12.2020	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	1.781	1.781	2.984	2.984
Recebíveis de cartão de crédito	3.839	3.839	5.512	5.512
<b>Total caixa e equivalentes e cartão de crédito</b>	<b>5.620</b>	<b>5.620</b>	<b>8.496</b>	<b>8.496</b>
Contas a Receber – Crediário Casas Bahia	5.006	-	4.488	-
Outros recebíveis	717	717	551	551
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa-PDD	(711)	(55)	(543)	(64)
<b>Total Caixa e equivalente e recebíveis</b>	<b>10.632</b>	<b>6.282</b>	<b>12.992</b>	<b>8.983</b>
Empréstimos e financiamentos	(4.594)	(4.594)	(4.449)	(4.449)
CDCI a repassar para bancos parceiros	(4.828)	-	(4.647)	-
<b>Total Empréstimos e financiamentos e CDCI</b>	<b>(9.422)</b>	<b>(4.594)</b>	<b>(9.096)</b>	<b>(4.449)</b>
<b>Caixa Líquido</b>	<b>1.210</b>	<b>1.688</b>	<b>3.896</b>	<b>4.534</b>
Patrimônio líquido	5.637	5.637	5.979	5.979
<b>Índice de Caixa líquido</b>	<b>0,21</b>	<b>0,30</b>	<b>0,65</b>	<b>0,76</b>



## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### g) Mensurações do valor justo

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7), apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
<b>Custo amortizado</b>				
Credário Casas Bahia (i)	3.720	3.850	3.720	3.850
Empréstimos e financiamentos - CDCI (ii)	(4.828)	(4.700)	(4.828)	(4.700)
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>				
Administradoras de cartões de crédito (ii)	3.787	3.787	3.806	3.806

(i) São classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo, a Companhia utilizou como premissa a carteira de recebíveis do Credário Casas Bahia e a expectativa de perda dos títulos, bem como a taxa média do mercado de desconto de duplicatas.

(ii) São classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura e negociações com partes independentes.

A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente, devido aos vencimentos de curto prazo dos mesmos.

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de Administradoras de cartões de crédito.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Estoques	7.099	6.149	7.152	6.176
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos	36.322	34.430	36.375	34.458
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(21.513)	(19.403)	(21.572)	(19.435)
Mark-up	1,69	1,77	1,69	1,77
<b>Estoques ao valor de venda</b>	<b>11.986</b>	<b>10.911</b>	<b>12.060</b>	<b>10.951</b>

Os estoques da Companhia, negociados em condições normais de mercado podem ser mensurados considerando o valor provável de venda e o *mark-up* histórico de suas operações, conforme demonstrado acima.

## 15. Tributos a pagar

#### a) Política contábil

Os saldos de tributos a pagar estão apresentados líquidos entre o valor total devido e o saldo a recuperar relacionado a cada um dos tributos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Imposto sobre Serviços ("ISS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), além dos impostos que a Companhia precisa reter sobre determinadas atividades, como aluguéis e serviços tomados, entre outros.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ICMS a pagar	163	228	164	228
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	23	25	24	27
IRRF a pagar	34	28	36	28
Outros	26	14	28	16
	<b>246</b>	<b>295</b>	<b>252</b>	<b>299</b>
Circulante	225	273	231	276
Não circulante	21	22	21	23

## 16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

### a) Política contábil

#### (i) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

#### (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### b) Conciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Lucro (prejuízo) antes da tributação</b>	<b>(1.501)</b>	<b>958</b>	<b>(1.560)</b>	<b>923</b>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	510	(326)	530	(314)
Subvenção de investimento (i)	487	401	491	416
Exclusão Selic sobre Tributos (ii)	275	-	284	-
Equivalência patrimonial	(33)	(9)	15	18
Efeito de diferenças de alíquotas de impostos de entidades no exterior	-	-	(4)	-
Prejuízo fiscal não reconhecido (iii)	-	-	(14)	(19)
Outras diferenças permanentes	(35)	(20)	(39)	(20)
Imposto de renda e contribuição social efetivos	<b>1.204</b>	<b>46</b>	<b>1.263</b>	<b>81</b>
Corrente reconhecido por meio do resultado	83	(35)	82	(33)
Diferido reconhecido por meio do resultado	1.121	81	1.181	114
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social, líquido	<b>1.204</b>	<b>46</b>	<b>1.263</b>	<b>81</b>

#### (i) Subvenção de investimento

A Companhia possui benefícios fiscais que reduzem a despesa de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) tais como crédito presumido, redução de base de cálculo e redução de alíquota. Esses benefícios são distribuídos em 21 estados que resultam em montante considerável de exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Para viabilizar a utilização desse benefício, a Companhia cumpre os requisitos legais. Até 31 de dezembro de 2021 o montante excluído representou 2% das receitas das mercadorias vendidas, líquidas de impostos (3% em 31 de dezembro de 2020).

#### (ii) Exclusão Selic sobre tributos

Refere-se aos efeitos decorrentes da exclusão das atualizações da taxa selic das bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social em virtude da recente decisão do STF. O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao recurso extraordinário, dando interpretação conforme à Constituição Federal ao § 1º do art. 3º da Lei nº 7.713/88, ao art. 17 do Decreto-Lei nº 1.598/77 e ao art. 43, inciso II e § 1º, do CTN (Lei nº 5.172/66), de modo a excluir do âmbito de aplicação desses dispositivos a incidência do IRPJ e da CSLL sobre a taxa selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

#### (iii) Prejuízo fiscal não reconhecido

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal não é reconhecido por não haver expectativa de realização em função dos prejuízos apurados em exercícios anteriores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos no balanço patrimonial referentes aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, representam os montantes abaixo:

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Cnova	453	450
BanQi	-	15
Outras	11	-

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para demandas judiciais	757	502	774	515
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	240	184	241	185
Prejuízos fiscais e bases negativas	1.449	528	1.597	609
Provisão para despesas correntes	96	115	101	118
Estimativa de perda de ativo imobilizado e estoque	22	42	22	42
Arrendamento mercantil	261	250	265	255
Outros	140	66	141	68
<b>Total ativo fiscal diferido</b>	<b>2.965</b>	<b>1.687</b>	<b>3.141</b>	<b>1.792</b>
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(159)	(152)	(169)	(162)
PPA Bartira	-	-	(22)	(23)
Seletividade	(95)	-	(95)	-
Outros	(2)	-	(20)	(6)
<b>Total passivo fiscal diferido</b>	<b>(256)</b>	<b>(152)</b>	<b>(306)</b>	<b>(191)</b>
	<b>2.709</b>	<b>1.535</b>	<b>2.835</b>	<b>1.601</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados no balanço patrimonial pelo montante líquido, por entidade contribuinte, da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativo fiscal diferido	2.709	1.535	2.841	1.607
Passivo fiscal diferido	-	-	(6)	(6)

#### d) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses valores, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021	Controladora	Consolidado
2022	573	596
2023	284	299
2024	316	331
2025	320	372
2026	369	385
Mais de 5 anos	1.103	1.158
	<b>2.965</b>	<b>3.141</b>

## 17. Provisão para demandas judiciais

### a) Política contábil

Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolso futuro, os processos legais são avaliados pela Administração para estimar o potencial de perda de cada processo. Essa análise leva em consideração pareceres jurídicos emitidos por assessores legais além do histórico dos processos da Companhia e respectivos pagamentos. As provisões são constituídas para todos os processos que foram analisados e considerados como perda provável, ou com base no histórico de perdas, no caso de parte das causas trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas de acordo com os valores dos processos, e não consideram os saldos de depósitos judiciais, já que esses estão classificados no ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão. Além disso, para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como prática o provisionamento no momento em que há o julgamento em definitivo das causas.

### b) Estimativas e premissas contábeis

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, tributários, trabalhistas, previdenciárias e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais tributárias são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Dessa forma, a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

As provisões para demandas judiciais trabalhistas e cíveis são calculadas com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos, utilizando o percentual de sucesso para cada tipo de reclamação, e o valor médio de perdas por cargos de funcionário ou tipo de causa.

Adicionalmente, para ações coletivas e aquelas que apresentam características que as diferenciam dos processos contidos na massa, a Companhia analisa o risco individual (de cada ação). Para cada processo, um escritório independente é contratado, analisa os riscos e efetua os cálculos dos valores correspondentes aos riscos aos quais a Companhia está exposta. Este valor é provisionado de acordo com o momento processual e considerando a probabilidade de perda, sendo que, em momentos em que já existam decisões nos autos, o valor provisionado é calculado com base no valor de liquidação.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### c) Saldos e movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis e outros	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	2	1.475	322	1.799
Adições de processos novos e outras adições	-	788	192	980
Baixa de provisão por liquidação	-	(782)	(127)	(909)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(2)	(129)	(114)	(245)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	1.352	273	1.625
Adições de processos novos e outras adições	13	2.784	208	3.005
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.474)	(133)	(1.607)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(471)	(81)	(552)
Atualização monetária	2	36	-	38
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>15</b>	<b>2.227</b>	<b>267</b>	<b>2.509</b>

  

	Consolidado			
	Tributárias (i)	Trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	39	1.503	323	1.865
Adições de processos novos e outras adições	-	806	192	998
Baixa de provisão por liquidação	-	(809)	(127)	(936)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(2)	(120)	(115)	(237)
Atualização monetária	1	-	-	1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>38</b>	<b>1.380</b>	<b>273</b>	<b>1.691</b>
Adições de processos novos e outras adições	13	2.834	209	3.056
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.505)	(133)	(1.638)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(481)	(81)	(562)
Atualização monetária	9	37	-	46
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>60</b>	<b>2.265</b>	<b>268</b>	<b>2.593</b>

#### (i) Tributárias

Os processos tributários estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, calculada com base nas taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto às multas dos montantes não pagos, quando aplicável, foram computados e provisionados em sua totalidade.

Em 31 de dezembro de 2021, os principais processos tributários provisionados referem-se a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS, no montante de R\$47 (R\$38 em 31 de dezembro de 2020), tendo sido provisionado com base na avaliação dos advogados externos, que foi corroborada pela Administração.

#### (ii) Trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, majoritariamente, ao desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios e das ações reestruturantes efetuadas nos últimos anos, por exemplo motoristas e montadores. Até 30 de junho de 2021 a provisão da Companhia foi calculada com base nas perdas efetivas históricas aplicadas a totalidade dos processos ativos por cargos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares.



## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



A partir de setembro de 2021, considerando um aumento efetivo nos ingressos de novos processos e também no valor efetivo dos pagamentos dos referidos processos, a Companhia decidiu revisar a metodologia, adotando-se nova modelagem, sendo:

- 1) Os processos classificados na fase de conhecimento e/ou recursal, são mensurados considerando as perdas efetivas históricas aplicadas a totalidade dos processos ativos segregados por variáveis, tais como cargo, tempo de casa, UF de alocação, etc.
- 2) Já os processos classificados na fase de execução, que tenham sua avaliação de risco pelos assessores jurídicos externos como provável, e que tenham valores definidos por homologação ou peritos técnicos, são registrados pelo seu valor nominal individual.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$2.265 (R\$1.380 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui 22.319 processos trabalhistas ativos em 31 de dezembro de 2021 (22.275 em 31 de dezembro de 2020). Abaixo apresentamos a movimentação consolidada dos respectivos processos e montantes, nos períodos em questão:

<b>Quantidade de processos</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>Estoque inicial</b>	22.275	28.180
Entradas de processos	<b>13.424</b>	8.508
Saídas de processos	<b>(12.380)</b>	(14.413)
<b>Estoque final</b>	<b>23.319</b>	<b>22.275</b>
<b>Montantes transacionados relativos aos processos</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Baixa de provisão por liquidação – efeito caixa (nota 17)	<b>(1.505)</b>	(809)

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### (iii) Cíveis e outros

A Companhia responde às ações de natureza cível, sendo os principais processos relacionados a:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o trânsito em julgado. Durante o período de julgamento das ações, a Companhia constitui provisão entre a diferença do valor pago a título de aluguel provisório e os valores pleiteados pelos locadores. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da provisão era de R\$32 (R\$37 em 31 de dezembro de 2020);
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo. A Companhia possui 30.317 processos cíveis em andamento em 31 de dezembro de 2021 (34.522 em 31 de dezembro de 2020). A provisão é calculada com base no histórico de perdas, por tipo de reclamação e momento processual, aplicado sobre a totalidade dos processos ativos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da provisão era de R\$236 (R\$236 em 31 de dezembro de 2020).

#### d) Passivos contingentes

A Companhia apresenta outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas, totalizando R\$3.980 em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.612 em 31 de dezembro de 2020), e que são relacionadas principalmente a:

#### Tributárias

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelas autoridades fiscais, gerados em virtude de créditos provenientes de êxito em processos judiciais, divergência de recolhimentos e multa por descumprimento de obrigações acessórias; (ii) autuação fiscal em decorrência da não tributação de PIS e COFINS sobre valores considerados, segundo a Receita Federal, como receitas tributáveis, entre elas, as bonificações recebidas de fornecedores; (iii) aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre as despesas com propaganda e taxas de Administração de cartões; (iv) autuação decorrente de suposta insuficiência no saldo de prejuízos fiscais compensados; (v) outros de menor materialidade. O montante envolvido nos referidos processos é de aproximadamente R\$1.052 em 31 de dezembro de 2021 (R\$908 em 31 de dezembro de 2020);
- ICMS-ST nas aquisições de mercadorias: autuação fiscal decorrente da apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS-ST destacado nas aquisições de mercadorias para revenda no ano-calendário de 2016. O valor do auto de infração corresponde a R\$266 em 31 de dezembro de 2021 (R\$258 em 31 de dezembro de 2020).
- ICMS, ISS e IPTU: (i) processos administrativos e judiciais decorrentes da não tributação do ISS sobre valores considerados pelo fisco municipal como comercialização de serviços; (ii) autuações fiscais decorrentes de supostas divergências no confronto das informações transmitidas para as secretarias da fazenda estadual, bem como da não tributação do ICMS sobre a comercialização do serviço de garantia estendida; (iii) autuações decorrentes de apropriação de créditos na aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular e multa por descumprimento de obrigações acessórias; (iv) outros de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações é de aproximadamente R\$1.211 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.048 em 31 de dezembro de 2020);
- Ágio Mandala: autuações fiscais em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012, 2013, 2015 e 2016, referentes ao ágio originado da aquisição do Ponto ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado dos autos de infração corresponde a R\$273 de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2021 (R\$265 em 31 de dezembro de 2020).

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### Cíveis e outros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta demandas cíveis que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$194 (R\$167 em 31 de dezembro de 2020).

#### e) Depósitos judiciais

A Companhia contesta o pagamento de certos impostos, contribuições, bem como referente a questões previdenciárias, trabalhistas e cíveis, para os quais efetuou depósitos recursais (vinculados), em montante equivalente aos pendentes de decisão legal. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Previdenciárias e trabalhistas	326	412	341	429
Tributárias (i)	401	166	405	170
Cíveis e outros	76	76	77	77
	<u>803</u>	<u>654</u>	<u>823</u>	<u>676</u>

(i) Com a edição da Emenda Constitucional nº 87/2015 e do Convênio CONFAZ nº 93/2005, os Estados e o Distrito Federal, por meio de leis estaduais, passaram a exigir o Diferencial de Alíquotas de ICMS ("DIFAL") nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto.

Ocorre que, em razão da inconstitucionalidade dessa exigência instituída por leis estaduais, sem lei complementar prévia, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando a cobrança do DIFAL.

Em 24 de fevereiro de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Recurso Extraordinário 1.287.019, caso submetido ao regime de repercussão geral, fixou a seguinte tese: "A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais".

Houve a modulação dos efeitos da decisão para a partir do exercício financeiro seguinte à conclusão deste julgamento, ou seja, para o ano de 2022. Contudo, tal modulação não afeta a Companhia, uma vez que as ações judiciais foram ajuizadas anteriormente a data da publicação da Ata do Julgamento.

#### f) Garantias e fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia ofereceu garantias decorrentes de ações previdenciárias e trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

Ações	31.12.2021
Previdenciárias e trabalhistas	2.300
Tributárias	1.385
Cíveis e outras	372
	<u>4.057</u>

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2021, fianças bancárias e seguro garantia envolvendo acordos comerciais de serviços financeiros (receita diferida) e administrativas que totalizam R\$2.525.

As garantias corporativas outorgadas pela Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$216.

## 18. Operação de arrendamento mercantil

### a) Política contábil

O CPC 06 – Arrendamentos, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A norma determina que todos os arrendamentos e seus correspondentes direitos e obrigações contratuais deverão ser reconhecidos no balanço patrimonial. Ainda segundo a norma, estão isentos de reconhecimento os arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e cujo o ativo subjacente é de baixo valor. Também estão fora do escopo da norma contratos com prazo indeterminado e aqueles no qual a contraprestação tem base em valores variáveis. Para os arrendamentos isentos ou fora do escopo da norma, a Companhia realizou o reconhecimento como despesa no resultado do exercício, conforme incorridas. A Companhia reconheceu despesas variáveis de arrendamento de R\$29 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$39 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Para cada contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso da Companhia. Inicialmente, o ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, e posteriormente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é composto pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos ou fixos em essência, que seriam pagamentos mínimos acordados com o arrendador. Ao calcular o passivo de arrendamento, a Companhia utilizou a sua taxa incremental de empréstimos, a qual foi aplicada nominalmente para desconto dos fluxos de pagamento.

Os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidos na Demonstração do resultado de acordo com o período do contrato.

Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento, relacionado a COVID-19, é uma modificação do contrato de arrendamento e, assim, contabilizar as mudanças resultantes nos pagamentos de arrendamento no resultado do período. A Companhia e suas subsidiárias aplicaram o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação nº 859/20.

Em 31 de março de 2021, o IASB emitiu novas alterações a IFRS 16 estendendo em um ano o expediente prático para benefícios concedidos que ocorram como consequência da pandemia Covid-19 afetando, portanto, pagamentos devidos em ou até 30 de junho de 2022. Em 22 de julho de 2021, a CVM, através da Resolução CVM nº 41/21, aprovou o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18/21, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que altera o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Esta resolução entrou em vigor em 2 de agosto de 2021, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. O arrendatário poderá aplicar as alterações para os pagamentos devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

## Via S.A.

**Notas explicativas às Demonstrações financeiras  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



### b) Composição dos saldos e movimentação

#### Ativo de direito de uso

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	3.612	3.640
Combinação de negócios	-	16
Adições e remensurações	359	360
Baixas / Reversões	(354)	(356)
Depreciação	(578)	(581)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>3.039</u>	<u>3.079</u>
Adições e remensurações	<b>836</b>	<b>839</b>
Baixas / Reversões	<b>49</b>	<b>46</b>
Depreciação	<b>(651)</b>	<b>(657)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<u><b>3.273</b></u>	<u><b>3.307</b></u>

#### Classificação da depreciação do Ativo de direito de uso na Demonstração do resultado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação do Ativo de direito de uso no Custo das mercadorias e serviços vendidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Depreciação	138	126	142	129

#### Passivo de arrendamento

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	4.543	4.583
Combinação de negócios	-	17
Adição e remensuração	359	360
Baixas	(483)	(481)
Pagamento de principal	(420)	(424)
Pagamento de juros	(383)	(389)
Descontos obtidos	(91)	(91)
Juros incorridos	383	388
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>3.908</u>	<u>3.963</u>
Adição e remensuração	<b>836</b>	<b>839</b>
Baixas / Reversões	<b>51</b>	<b>47</b>
Pagamento de principal	<b>(643)</b>	<b>(647)</b>
Pagamento de juros	<b>(385)</b>	<b>(391)</b>
Juros incorridos	<b>385</b>	<b>391</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<u><b>4.152</b></u>	<u><b>4.202</b></u>
Circulante	<b>824</b>	<b>829</b>
Não circulante	<b>3.328</b>	<b>3.373</b>

## Via S.A.

**Notas explicativas às Demonstrações financeiras  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



### c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecido no passivo não circulante

Ano	Controladora			Consolidado		
	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento
2023	982	(307)	675	992	(313)	679
2024	847	(256)	591	857	(261)	596
2025	723	(209)	514	732	(213)	519
2026	601	(165)	436	611	(168)	443
2027	446	(126)	320	456	(128)	328
Mais de 5 anos	1.008	(216)	792	1.027	(219)	808
	<b>4.607</b>	<b>(1.279)</b>	<b>3.328</b>	<b>4.675</b>	<b>(1.302)</b>	<b>3.373</b>

### d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar

A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$418 na Controladora e R\$425 no Consolidado (R\$426 na Controladora e R\$433 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

### e) Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazo dos contratos	Taxa média % a.a.	
	Em 31.12.2021	Em 31.12.2020
Até 5 anos	6,83%	6,47%
De 6 a 10 anos	14,01%	10,76%
De 11 a 15 anos	13,30%	15,13%
De 16 a 20 anos	22,06%	14,44%

### f) Informações adicionais

Como descrito anteriormente, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada considerando o custo de captação da Companhia, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado a um *spread* de risco, excluindo-se as garantias oferecidas nas operações de financiamentos.

Os contratos de arrendamento da Companhia têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e para resguardar a representação fidedigna e atender as orientações da CVM em seu Ofício Circular CVM nº2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<u>Fluxo real</u>				
Passivo de arrendamento	5.794	5.650	5.872	5.737
Juros embutidos	(1.642)	(1.742)	(1.670)	(1.774)
	<b>4.152</b>	3.908	<b>4.202</b>	3.963
<u>Fluxo inflacionado</u>				
Passivo de arrendamento	7.190	6.776	7.273	6.882
Juros embutidos	(2.259)	(2.259)	(2.293)	(2.272)
	<b>4.931</b>	4.517	<b>4.980</b>	4.610

O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal.

Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas



## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constante nos contratos de arrendamento (IPCA). As curvas de inflação foram obtidas na data de adoção inicial do referido pronunciamento e no encerramento do exercício corrente, considerando os prazos contratuais remanescentes.

Complementarmente, os usuários dessas demonstrações financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nessa nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

#### g) Impactos da COVID-19

Em 21 de março de 2020, a Companhia comunicou, por meio de fato relevante, o fechamento de todas as suas lojas físicas em decorrência das restrições implementadas pelas autoridades para enfrentamento da pandemia da COVID-19. Além disso, a Companhia divulgou um comunicado ao mercado em 17 de abril de 2020, em que restou informado que no âmbito da crise econômica mundial desencadeada pela pandemia da COVID-19, a Administração já estava, de forma preventiva e em linha com as medidas de preservação de caixa adotadas por diversas empresas no atual contexto, renegociando a cobrança e o diferimento do pagamento de aluguéis relativos a todos os seus imóveis locados (em especial, das lojas físicas que encontravam-se temporariamente fechadas em decorrência das medidas de contenção da pandemia). A Companhia esclareceu que todos os aluguéis referentes ao mês de março de 2020 foram pagos, incluindo eventuais descontos negociados com os respectivos proprietários, sem prejuízo das demais medidas necessárias, visando a renegociação ou diferimento dos aluguéis relativos a meses subsequentes. A Companhia destaca que conferiu tratamento isonômico a todos os locadores no contexto das renegociações, inclusive aos proprietários de imóveis enquadrados como partes relacionadas, nos termos da Política de transações com partes relacionadas da Companhia, o que não necessariamente implica em resultado idêntico em todas as negociações, dadas as peculiaridades e especificidades de cada locação.

## 19. Receitas diferidas

#### a) Política contábil

As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na Demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas.

#### b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Garantias complementares ou estendidas (i)	1.027	1.127	1.027	1.127
Bradesco (ii)	23	145	23	145
Seguros e serviços (iii)	99	113	99	113
Outros	9	8	78	108
	<b>1.158</b>	<b>1.393</b>	<b>1.227</b>	<b>1.493</b>
Circulante	365	357	374	385
Não circulante	793	1.036	853	1.108

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### (i) Garantias complementares ou estendidas

Em 15 de outubro de 2018, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de distribuição de seguros com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., que renegociou e consolidou os contratos anteriormente celebrados, em 29 de agosto de 2014 e 16 de dezembro de 2016. O aditivo tem término previsto para janeiro de 2025. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$837 e vem sendo reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais forem atingidas.

#### (ii) Operação de cartões e correspondente bancário

Em 4 de dezembro de 2015, a Via celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o banco Bradesco S.A. e o banco Bradescard S.A. (conjuntamente, “Bradesco”) com vigência até 28 de agosto de 2029. O contrato altera e inclui cláusulas no contrato firmado entre as partes, na época Casa Bahia Comercial Ltda. e Bradesco, no dia 10 de novembro de 2006. São partes do acordo: disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos, relacionados à marca “Casas Bahia” e disposições gerais aplicáveis à prestação de serviços financeiros, correspondente bancário e serviço de crédito direto ao consumidor. Os valores envolvidos na transação montam R\$704 e são divididos em antecipação de comissões, no valor de R\$550, e remuneração adicional, no valor de R\$154.

O valor recebido de R\$550 vem sendo reconhecido no resultado do exercício na medida em que as metas contratuais são atingidas e deverão ser compensadas em até 9 anos, enquanto a remuneração adicional de R\$154 vem sendo realizada conforme determinado pelo contrato até 2021.

Em 22 de setembro de 2016, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Bradesco com vigência até 28 de agosto de 2029. Como parte do acordo, foram definidas disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca “Casas Bahia” na rede *e-commerce*. Na data de assinatura deste acordo, foi recebido, a título de antecipação, o valor de R\$60, que vem sendo reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas em até 8 anos.

#### (iii) Seguros e serviços

Em 26 de junho de 2018, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a CDF Assistência e Suporte Digital S.A. para a prestação de serviços de assistência técnica. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$100 para a Companhia, que vem sendo reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas. Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou um aditivo com a CDF e renegociou o contrato anteriormente celebrado entre as partes. O aditivo tem término previsto para dezembro de 2029.

Em 10 de novembro de 2020, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de parceria para intermediação de prestação de serviços e outras avenças com a USS e MMS, e renegociou os contratos anteriormente celebrados entre as partes. O aditivo tem término previsto para outubro de 2025.

#### c) Estimativa da Administração para realização dos valores classificados como “Não circulante”

Ano	Controladora	Consolidado
2023	359	368
2024	357	366
2025	44	53
2026	8	17
2027	8	17
2028 e 2029	17	32
	<b>793</b>	<b>853</b>

## 20. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$5.138 (R\$5.133 em 31 de dezembro de 2020) e estava representado por 1.598.426 milhares de ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, houve os seguintes aumentos de capital:

<u>Data do aumento de capital (*)</u>	<u>Valores em Reais</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>
12/02/2020	600.179,02	313.131
25/03/2020	204.982,26	48.798
13/05/2020	6,08	1.824
15/06/2020	2.227.500.000,00	297.000.000
02/03/2021	52.538,93	12.507
22/07/2021	1.410.533,91	386.541
07/10/2021	3.323.726,78	672.332
10/11/2021	54.082,74	12.882

(\*) Aumentos de capital decorrente do exercício de planos de opções de ações, exceto o do dia 15 de junho de 2020, quando houve uma oferta pública de distribuição primária de ações, cujo montante total foi de R\$4.455. Desse valor, 50% foi destinado ao aumento do Capital Social. Foram incorridos custos na emissão subsequente de ações no montante de R\$94.

### b) Ações em tesouraria

Em 2018, decorrente da migração da Companhia para o segmento de listagem da B3 denominado Novo Mercado e da consequente conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, foi concedido o direito de recesso aos acionistas titulares de ações preferenciais que não compareceram à Assembleia Geral Especial realizada em 3 de setembro de 2018. A Companhia recomprou 300 mil ações preferenciais totalizando o montante de R\$685.839,75 (seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos) pago em 5 de outubro de 2018.

Em 06 de dezembro de 2021, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral o Programa de Recompra de ações, com o objetivo de adquirir ações de emissão da Companhia para fazer frente aos programas de incentivo de longo prazo e retenção dos principais executivos da Companhia. A Companhia fará a aquisição de ações de própria emissão, sem redução do capital social. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e nos termos do Programa de Recompra, adquirir até 18.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, correspondentes a até 1,126% do total de ações de emissão da Companhia e a até 1,127% das ações em circulação.

Em 20 de dezembro de 2021, em continuidade do Programa de Recompra a Companhia, readquiriu 2.000.000 ações ordinárias totalizando o montante de R\$9.825.267,00.

### c) Transações de capital

Nesta conta foram registradas variações decorrentes de mudança na participação societária de empresas controladas ou investidas sob controle comum, considerando que se trata de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### d) Reservas de capital

##### (i) Especial de ágio

O valor registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via.

##### (ii) Ágio na subscrição de ações

O ágio na subscrição de ações surge quando a empresa negocia suas ações e o comprador paga um valor por ação maior que o valor patrimonial, e esta diferença positiva deverá ser contabilizada como reservas de capital. Em 15 de junho de 2020, houve uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, com a emissão de 297.000.000 novas ações ao preço de R\$15,00 (quinze reais) cada, dentro do limite do capital autorizado, de forma que o montante total da Oferta Restrita foi de R\$4.455.000.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões de reais).

Foi determinado que, do preço por ação de R\$15,00: (i) o valor de R\$7,50 foi destinado a conta de Capital Social da Companhia, totalizando a quantia de R\$2.227.500.000,00 (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais) em aumento do Capital Social e (ii) o valor remanescente de R\$7,50 foi destinado à formação de Reserva de Capital, em conta de Ágio na subscrição de ações, totalizando a quantia de R\$2.227.500.000,00 (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais).

##### (iii) Opções outorgadas

A Companhia mantém planos de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Companhia.

#### Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os executivos da Companhia podem receber remuneração que é baseada em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais ou em dinheiro).

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas (“condições para o exercício”), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, a Companhia reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

#### Plano de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Em abril de 2021, a Companhia outorgou 2.950.424 opções de compras de ações e 2.950.424 ações restritas aos beneficiários do programa. Em junho, agosto, setembro e outubro de 2021, a Companhia outorgou, respectivamente, mais 36.639, 23.116, 5.396 e 5.709 opções de compra de ações e 36.639, 23.116, 5.396 e 5.709 ações restritas aos beneficiários do programa. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou sociedade sob seu controle até o término do *vesting*, previsto para o mês de abril de 2026, o beneficiário terá o direito de receber opções de compra e/ou ações restritas em 3 parcelas a partir do terceiro aniversário da data da outorga/concessão na proporção dos seguintes percentuais: (i) 40% do prêmio na data do terceiro aniversário; (ii) 30% do prêmio na data do quarto aniversário; e (iii) 30% do prêmio na data do quinto aniversário.

Os planos de opção de compra de ações liquidáveis em títulos patrimoniais, atualmente vigentes são os seguintes:

	Data da outorga	Término da carência
Opções de compra de ações	12/09/2019	12/07/2024
Opções de compra de ações	27/04/2021	26/04/2026
Ações restritas	27/04/2021	26/04/2026
Opções de compra de ações	02/06/2021	26/04/2026
Ações restritas	02/06/2021	26/04/2026
Opções de compra de ações	02/08/2021	26/04/2026
Ações restritas	02/08/2021	26/04/2026
Opções de compra de ações	13/09/2021	26/04/2026
Ações restritas	13/09/2021	26/04/2026
Opções de compra de ações	20/09/2021	26/04/2026
Ações restritas	20/09/2021	26/04/2026

A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação, em quantidade de ações, de cada um dos programas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Séries	Data da outorga	Término da Carência	Valor de exercício (em reais)	Quantidade de opções de ações em vigor em 31.12.2020	Opções outorgadas em novos programas	Opções canceladas	Opções exercidas	Quantidade de opções de ações em vigor em 31.12.2021
A5	25/05/2018	25/05/2021	R\$ 7,24	275.832	-	53.031	217.368	5.433
B5	25/05/2018	25/05/2021	R\$ 0,01	275.832	-	79.374	191.025	5.433
E	12/09/2019	12/07/2024	R\$ 4,97	51.619.878	-	-	649.307	50.970.571
Stock option	27/04/2021	27/04/2026	R\$ 10,01	-	3.021.284	258.501	624	2.762.159
Restricted share	27/04/2021	27/04/2026	R\$ 0,01	-	3.021.284	245.134	13.991	2.762.159

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$60 (R\$53 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).



## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa ("Phantom Shares")

Em janeiro e março de 2021, a Companhia outorgou 21.232 *Phantom Shares*, equivalentes a 63.696 ações ordinárias de emissão da Companhia, aos beneficiários do programa. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja: manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou sociedade sob seu controle até o término do *vesting*, previsto para o mês de julho de 2025, o beneficiário terá o direito de receber o prêmio em 3 parcelas a partir do terceiro aniversário da data da outorga na proporção dos seguintes percentuais: (i) 40% do prêmio na data do terceiro aniversário; (ii) 30% do prêmio na data do quarto aniversário; e (iii) 30% do prêmio na data do quinto aniversário.

Os programas de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("*Phantom Shares*"), atualmente vigentes são os seguintes:

	Data da outorga	Término da carência
<i>Phantom Shares</i>	28/05/2019	27/05/2022
<i>Phantom Shares</i>	05/08/2020	04/08/2025

Em 31 de dezembro de 2021, o valor do passivo correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais, está registrado no passivo circulante no montante de R\$8 (*nil* em 31 de dezembro de 2020) e no passivo não circulante no montante de R\$1 (R\$20 em 31 de dezembro de 2020). No ano de 2021, em virtude da queda registrada no valor da ação, foi reconhecido um estorno de provisão no montante de R\$10 (Despesa de R\$21 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

e) Reservas de lucros

(i) Subvenção para investimento

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS que são classificados como subvenção para investimentos. Tendo em vista a Lei Complementar 160/2017, a Companhia em 31 de dezembro de 2020, destinou R\$1.004 para a reserva de subvenção para investimentos, na rubrica de reserva de lucros.

Os valores da subvenção para investimentos não fazem parte da base de cálculo de dividendo mínimo obrigatório, sendo que somente poderá absorver prejuízos ou ser incorporado ao capital social, em conformidade com a Lei 6.404/76.

(ii) Absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Nos termos da Lei das S.A., o lucro do exercício deverá obrigatoriamente ser utilizado para absorver prejuízos acumulados de exercícios anteriores. O lucro apurado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.004 e o montante existente de prejuízos acumulados de exercícios anteriores era de R\$1.420.

Em 27 de abril de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a deliberação acerca da absorção do saldo de prejuízos acumulados que, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$416, absorvendo, assim, a integralidade do saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores pela reserva de capital da Companhia.



## 21. Receita de venda de mercadorias e serviços

### a) Política contábil

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos, *marketplace* e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira e nos serviços de transportes através da VVLog são substancialmente destinadas às operações da Companhia e, conseqüentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando existe a transferência de controle para o comprador. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados aos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente ofereça produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site da Companhia. A receita de serviços é gerada através de um percentual por cada negociação fechada (*fee*) dentro do site utilizado.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços (“ISS”), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada Estado e município, respectivamente.

### b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Mercadorias	<b>33.040</b>	31.275	<b>33.052</b>	31.281
Financeira operacional (c)	<b>1.927</b>	1.699	<b>1.937</b>	1.699
Serviços	<b>1.061</b>	1.000	<b>1.088</b>	1.020
Serviços de frete e montagem	<b>294</b>	456	<b>298</b>	458
<b>Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e Cancelamentos</b>	<b>36.322</b>	34.430	<b>36.375</b>	34.458
Tributos sobre mercadorias	<b>(5.136)</b>	(5.240)	<b>(5.181)</b>	(5.260)
Tributos sobre finanças operacionais (c)	<b>(84)</b>	(76)	<b>(85)</b>	(76)
Tributos sobre serviços	<b>(142)</b>	(126)	<b>(146)</b>	(126)
Tributos sobre serviços de frete e montagem	<b>(64)</b>	(95)	<b>(64)</b>	(95)
<b>Tributos sobre faturamento</b>	<b>(5.426)</b>	(5.537)	<b>(5.476)</b>	(5.557)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>30.896</b>	28.893	<b>30.899</b>	28.901

## Via S.A.

**Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



### c) Receita financeira operacional

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Credário Casas Bahia (i)	1.805	1.595	1.805	1.595
Outras	122	104	132	104
<b>Receita bruta financeira operacional de devoluções e Cancelamentos</b>	<b>1.927</b>	<b>1.699</b>	<b>1.937</b>	<b>1.699</b>
Credário Casas Bahia	(70)	(64)	(70)	(64)
Outras	(14)	(12)	(15)	(12)
<b>Tributos sobre operações financeiras operacionais</b>	<b>(84)</b>	<b>(76)</b>	<b>(85)</b>	<b>(76)</b>
<b>Receita financeira operacional – Credário Casas Bahia</b>	<b>1.735</b>	<b>1.531</b>	<b>1.735</b>	<b>1.531</b>
<b>Receita financeira operacional (Outras)</b>	<b>108</b>	<b>92</b>	<b>117</b>	<b>92</b>

(i) Correspondem as vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (Credário Casas Bahia), que podem ser parcelados geralmente em até 24 meses.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Credário Casas Bahia	1.805	1.595
Juros a incorrer do Credário Casas Bahia (nota 6.1)	1.286	1.213
<b>Total de juros do Credário Casas Bahia</b>	<b>3.091</b>	<b>2.808</b>

## 22. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Custo com estoques vendidos	20.410	18.539	20.237	18.432
Despesas com pessoal	2.582	2.673	2.677	2.750
Despesa com serviços de terceiros	3.178	2.667	3.327	2.763
Despesas com frete	1.020	1.055	1.061	1.055
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – Credário Casas Bahia, líquido de recuperação (PDD)	704	687	704	687
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – Outras (PDD)	121	112	126	113
Despesas com demandas judiciais trabalhistas (i)	1.528	225	1.540	230
Outras	62	150	98	188
	<b>29.605</b>	<b>26.108</b>	<b>29.770</b>	<b>26.218</b>
Custo de mercadorias e serviços vendidos	21.513	19.403	21.572	19.435
Despesas com vendas	7.079	5.893	7.121	5.892
Despesas gerais e administrativas	1.013	812	1.077	891
	<b>29.605</b>	<b>26.108</b>	<b>29.771</b>	<b>26.218</b>

(i) O aumento refere-se a alteração na metodologia de cálculo da provisão para demandas judiciais trabalhistas conforme apresentado na nota explicativa nº 17 (c) (ii).

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



## 23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Despesas com reestruturação (i)	(709)	(534)	(710)	(537)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	(7)	58	(38)	59
Outras	34	86	30	92
	<b>(682)</b>	<b>(390)</b>	<b>(718)</b>	<b>(386)</b>

- (i) Nessa linha estão registrados, principalmente, os gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

## 24. Resultado financeiro, líquido

### a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Despesas financeiras</b>				
Custo da dívida	(322)	(197)	(323)	(198)
Financiamento ao Consumidor Direto – CDCI (i)	(306)	(219)	(306)	(219)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(288)	(180)	(288)	(180)
Atualizações passivas	(44)	(13)	(47)	(15)
Juros de passivo de arrendamento	(385)	(383)	(391)	(388)
Outras despesas financeiras	(158)	(118)	(165)	(118)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(1.503)</b>	<b>(1.110)</b>	<b>(1.520)</b>	<b>(1.118)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	11	35	14	36
Atualizações ativas	200	338	228	339
Antecipação a fornecedores	57	43	57	44
Outras receitas financeiras	5	3	4	3
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>273</b>	<b>419</b>	<b>303</b>	<b>422</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(1.230)</b>	<b>(691)</b>	<b>(1.217)</b>	<b>(696)</b>

- (i) As operações Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (“Crediário Casas Bahia”) correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes, por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 13). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 31 de dezembro de 2021, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 9,47% a.a. (5,39% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

## 25. Resultado por ação

### a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, deduzidos os instrumentos patrimoniais potencialmente dilutivos sobre a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

## Via S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<b>Numerador básico</b>		
Resultado básico alocado e não distribuído	(297)	1.004
<b>Total resultado básico alocado e não distribuído</b>	<u>(297)</u>	<u>1.004</u>
<b>Denominador básico (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada da quantidade de ações	1.595.388	1.461.216
<b>Resultado básico por ação (em R\$)</b>	<u>(0,18593)</u>	<u>0,68707</u>
<b>Denominador diluído (em milhares de ações)</b>		
Opções de compra de ações	-	40.870
Média ponderada das quantidades de ações	1.595.388	1.461.216
Média ponderada diluída das ações	1.595.388	1.502.086
<b>Resultado diluído por ação (em R\$)</b>	<u>(0,18593)</u>	<u>0,66838</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as opções de compra de ações não têm efeito dilutivo devido ao prejuízo apurado.

## 26. Cobertura de seguros

A Companhia tem como prática a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos de danos ao patrimônio que possam acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o imobilizado e estoques. A frota de caminhões e veículos leves também é segurada. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer pela paralização das atividades em decorrência de acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2021, são consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis sinistros e podem ser resumidas da seguinte forma:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Imobilizado e estoques	Riscos nomeados	14.052
Lucro	Lucros cessantes	5.388
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	91

(\*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no montante de R\$435.

## 27. Informações sobre os segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis.

## 28. Eventos subsequentes

### Aquisição CNT Logística

Em 12 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral a compra de 100% da CNT (cem por cento) por meio de suas subsidiárias.

A CNT é uma *logtech* especializada em ofertas completas para operações de *e-commerce*, *multi-marketplace* e plataformas no modelo *plug & play* (ecossistema com interação entre produtos e serviços). A CNT possui 11 anos atuando na operação de *fulfillment* e 4 anos na operação de *fullcommerce*, além de amplo histórico de atuação no D2C (*direct to consumer*), possui parceria com as principais transportadoras e conexão com grandes *marketplaces* através de soluções próprias para integração HUB e ERP.

A aquisição da CNT possui como principal diferencial estratégico a oferta de um pacote único de soluções de logística para operação de *e-commerce* e deve proporcionar uma rápida e consistente melhora no nível de serviço aos clientes e parceiros do *marketplace* da Companhia, principalmente no que se refere à experiência de compra e velocidade de entrega de pedidos. A transação traz diluição de custos logísticos e contribui para: (i) aumento do NPS (*Net Promoter Score*) da Via; (ii) elevação do valor do cliente ao longo do tempo – LTV; e (iii) redução do custo de aquisição dos novos clientes – CAC.

### Realização de créditos tributários

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral, conforme o plano de monetização de créditos tributários da Companhia, que concluiu o instrumento particular de transferência de créditos tributários de ICMS, no valor de R\$200 (“transação”). O impacto esperado por conta desta transação no fluxo de caixa e resultados da Companhia serão apropriados ao longo do ano de 2022.

### Recompra de ações

Em 21 de janeiro de 2022, em continuidade do Programa de Recompra, a Companhia readquiriu 1.855.000 ações ordinárias.